

**ADRIANA DE CARVALHO TORRES**

**A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE PEDAGÓGICA NA  
ATUAÇÃO EDUCACIONAL COM A CRIANÇA  
AUTISTA.**

**Escola Superior de Educação Almeida Garrett**

**Orientadora: Professora Dra. Maria Eduarda Margarido Pires**

**Lisboa**

**2015**

**ADRIANA DE CARVALHO TORRES**

**A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE PEDAGÓGICA NA  
ATUAÇÃO EDUCACIONAL COM A CRIANÇA AUTISTA.**

Dissertação apresentada para a obtenção do  
Grau de Mestre em Ciências da Educação, área  
de especialização em Supervisão Pedagógica e  
Formação de Formadores, conferido pela  
Escola Superior de Educação Almeida Garrett.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eduarda  
Margarido Pires

Co-Orientador: Prof. Doutor. Ricardo  
Figueiredo Pinto.

**Lisboa**

**2015**

## **EPÍGRAFE**

“Na medida em que eu me torne mais claro sobre minhas escolhas e sonhos, que são substantivamente políticos e concernentes à pedagogia, e na medida em que reconheço que, embora eu seja um educador, também sou um agente político, posso entender melhor por que tenho medo de perceber quão longe ainda temos de ir para aprimorar nossa denúncia.”

Paulo Freire (1991)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico ao meu marido Amilton Torres e minha filha Amille Torres, que sempre compartilharam de meu sonho e objetivo, apoiando-me em todos os momentos difíceis para a minha formação pessoal e profissional, e na construção deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus que me deu sabedoria, paciência e força suficiente para a conclusão deste trabalho e na condução de todo o período de pesquisa e estudo.

Ao meu marido Amilton, pela compreensão e paciência, apoio e incentivo para a conclusão deste trabalho.

A minha filha Amille, que mesmo sempre muito ocupada com seus próprios estudos sempre compreendeu minha ausência e falta de tempo para auxiliar sua vida.

Ao Professor Doutor Ricardo pela orientação e compromisso com meu objetivo e trabalho.

Aos profissionais da CREI em Nome de sua Coordenadora Celi Denise Costa, que de forma carinhosa e responsável me receberam e abriram suas portas e vida profissional para embasamento de meu trabalho de pesquisa.

A toda a equipe técnica da Ciência e Conhecimento bem como os professores que durante o curso de Mestrado dividiram conosco seus conhecimentos.

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral analisar a importância da equipe pedagógica na atuação com a criança autista e como objetivo específico identificar a importância da equipe pedagógica na atuação educacional com a criança autista; observar como a equipe pedagógica atua; analisar como é montado o planejamento dos profissionais e observar como se desenvolve as atividades educacionais com a criança autista. A pesquisa de campo foi desenvolvida utilizando a abordagem qualitativa e quantitativa, através de um questionário de perguntas abertas e fechadas. A amostra do estudo foi constituída por professores, pedagogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos e coordenador do Centro de Referência Educacional Especial que atende quarenta e uma escolas da rede pública municipal de Belém. Analisando a atuação destes profissionais, suas dúvidas e conhecimento sobre a síndrome do autismo o estudo apontou uma necessidade de maior esclarecimento e sobre o assunto bem como a necessidade de uma formação continuada destes profissionais para atuarem de forma mais satisfatória na educação especial, apesar dos vários anos de experiência com a educação especial, reconheceram as lacunas deixadas na sua formação, bem como o conhecimento parcial sobre o referido tema. Na conclusão das análises da pesquisa identificamos que o profissional que apresentou maior desconhecimento sobre o tema da pesquisa foi os assistentes sociais, deixaram 60% dos questionamentos da pesquisa sem respostas por desconhecer a importância da equipe pedagógica na atuação com a criança autista, os demais profissionais, psicólogos, fisioterapeutas, professores – pedagogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos reconheceram esta importância, mas também apontaram dificuldades para atuar com a criança autista, bem como apresentaram dúvidas sobre a síndrome do Autismo, apontando assim uma necessidade de uma melhor formação destes profissionais, e de uma formação continuada, além de estudos sobre o assunto.

**Palavras - chaves:** Educação especial, autismo, atuação, formação.

## ABSTRACT

This study aimed to analyze the importance of the pedagogical team in the performance with the autistic child and as specific objective identify the importance of pedagogical team in educational activities with the autistic child ;observe how the pedagogical team acts ; analyze how the planning of these professionals is mounted and see how are developed the educational activities with the autistic child. The field research was conducted using qualitative and quantitative approach , through a questionnaire of open and closed questions. The study samples was consisred by teachers , pedagogues , educational psychologists , speech therapists, physiotherapists, psychologists and the coordinator of the Special Education Reference Center that serves forty-one network schools publishes city of Belém. Analyzing the performance of these professionals, their questions and knowledge about autism syndrome, the study found a need of further clarification about the subject as well as the need for continuous training of these professionals to work more satisfactorily in special education , that despite several years of experience with special education , has recognized the gaps left in their training , and the partial knowledge about the said topic. At the conclusion of the analysis of this research was identified that the professional with the highest lack of knowledge about the research theme was social workers, who left 60 % of the survey questions unanswered for their unaware of the importance of the pedagogical team in the performance with the autistic child , other professionals , psychologists , physiotherapists, teachers - pedagogues , speech therapists and psychopedagogists recognized this importance , but also pointed out difficulties to work with the autistic child and had doubts about the Autism syndrome, thus pointing to a need for better training of health professionals and for continuous training , and studies on the subject.

**Keywords:** Special Education, autism, performance, formation.

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASA – Autism Society of América

APA - Associação Psiquiátrica Americana

CRIE - Centro de Referencias em Inclusão Educacional

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

CORDE - Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

CID 10 - Código Internacional de Doenças

DGD - Distúrbios Globais do Desenvolvimento

DSM - Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

FENAPAES - Federação Nacional das associações de pais e amigos dos excepcionais

FPAS - Fundo de Previdência e Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério de Educação e Desporto

ONU - Organização das Nações Unidas

OMS - Organização Mundial da Saúde

SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SENEB - Secretaria Nacional de Educação Básica

SEMEC - Secretária Municipal de educação

SEM - Sala de Recursos Multifuncionais

TEA - Definição dos Transtornos do espectro Autísticos

UNESCO – Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas



## **ÍNDICE GERAL**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>PARTE I - ENQUADRAMENTO TEORICO</b>	<b>13</b>
<b>CAPITULO 1 – EDUCAÇÃO ESPECIAL.....</b>	<b>14</b>
1.1 BREVE HISTÓRICO.....	14
1.2 DEFICIÊNCIA E FILANTROPIA.....	15
1.3 PERÍODO MILITAR E DEFICIÊNCIA.....	16
1.4 LEI E DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO.....	17
1.5 ATUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	19
1.6 MOTIVAÇÃO EDUCACIONAL.....	20
1.7 DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	22
1.8 FORMAÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA E DO PROFESSOR.....	25
<b>CAPITULO 2 – AUTISMO.....</b>	<b>29</b>
2.1 O QUE É AUTISMO.....	29
2.2 CONHECENDO O AUTISMO.....	30
2.3 ATUAÇÃO EDUCACIONAL COM A CRIANÇA AUTISTA.....	33
2.4 DIREITO DOS AUTISTAS.....	34
<b>PARTE II- ESTUDO EMPÍRICO</b>	<b>36</b>
<b>CAPITULO 3 – METODOLOGIA.....</b>	<b>37</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	38
3.2 LÓCUS DA PESQUISA.....	39
3.2.1 Conhecendo melhor o CRIE.....	39
3.3 POPULAÇÃO/AMOSTRA DO ESTUDO.....	41
3.4 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	42
<b>PARTE III- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>43</b>
<b>CAPITULO 4 – RESULTADO DA PESQUISA.....</b>	<b>44</b>
4.1. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	44
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>66</b>

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1- Número de respostas sobre o questionamento que identifica o conhecimento da equipe pedagógica sobre a Importância da Equipe Pedagógica na atuação com a criança Autista.</b>	<b>45</b>
<b>Gráfico 2- A criança autista é atendida em sua necessidade de aprendizagem.</b>	<b>46</b>
<b>Gráfico 3- Qual o nível de contribuição de sua formação para atuação educacional com a criança Autista.</b>	<b>47</b>
<b>Gráfico 4- Contradições entre a prática e a teoria pedagógica: influencia diretamente na atividade educacional.</b>	<b>48</b>
<b>Gráfico 5- As experiências educacionais influenciam na prática em sala de aula.</b>	<b>49</b>
<b>Gráfico 6- Como é feito o Planejamento das atividades.</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

A Educação Especial no Brasil abre um leque de discussões sobre o assunto, que inicia com as diferenças e conflitos, uma tarefa desafiadora para os profissionais que atuam com a pessoa com deficiência, e dentro do contexto educacional surgem às dúvidas de como lidar com este público que reque um trabalho mais especializado. Há muitos anos vem-se desenvolvendo pesquisas sobre o assunto, pois há uma necessidade de melhorar a qualidade de vida educacional da criança com deficiência e a equipe pedagógica que atua diretamente com a criança com deficiência se destaca pela sua importância. Neste trabalho de dissertação o tema pesquisado abre uma discussão na área educacional, pois falar da educação especial e a síndrome do autismo na cidade de Belém, no estado do Pará- Brasil, com profissionais que atuam nas escolas da rede publica municipal através do Centro Educacional de Referências em Inclusão Educacional, é de fundamental importância, pois nos leva a uma reflexão da atuação destes profissionais, e sua prática diária com a criança autista.

Com o título “A importância da equipe pedagógica na atuação educacional com a criança autista”, iniciou-se um estudo sobre importância da equipe pedagógica, suas dificuldades, duvidas sobre a síndrome e sua atuação com a educação especial direcionada a criança autista.

O estudo envolveu os profissionais pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, professores e coordenadores, para se pesquisar a importância da equipe pedagógica na atuação com a criança autista, bem como a forma como cada um desses profissionais planeja sua atuação com a criança que apresenta a síndrome e esta regularmente matriculada e o que pensam sobre a importância da equipe pedagógica nesta atuação.

A convivência diária com alunos e profissionais que compõe a equipe pedagógica das escolas públicas municipais de Belém tornou possível discutir um tema que está no dia a dia dos profissionais da área educacional que é a educação especial direcionada a criança autista.

A cada ano novas crianças autistas são matriculadas na rede pública municipal, com uma carga de responsabilidade, os profissionais que atuam com as crianças que apresentam a síndrome, necessitam de maior planejamento e formação para desenvolver de forma satisfatória suas atividades profissionais.

Inicialmente, se pesquisou os vários autores que falam sobre a educação especial e a síndrome do autismo, onde cada autor e pesquisador abordam o tema de forma diferenciada, mas com o mesmo fim que é a inclusão da pessoa com deficiência no contexto educacional.

Sabe-se que a definição mais comum da Educação Especial é a de que ela é o ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência. Seja em instituições especializadas, ou escolas regulares.

Assim, tratar sobre o tema importância da equipe pedagógica que atua com a criança autista requer também um aprofundamento de estudos sobre os aspectos e características sobre o autismo. Quando se remete a escola é necessário analisar além destes aspectos, o planejamento e formação destes profissionais que compõe a equipe pedagógica neste processo de ensino e de aprendizagem.

Sabe-se que não existe uma fórmula exata e pronta em se tratando de educação especial, pois cada criança que apresenta uma deficiência possui sua individualidade e dentro dela suas limitações e potencialidades. Assim a criança com autismo apresenta sua característica individual fazendo obrigatório um conhecimento amplo sobre o assunto para nortear o trabalho do profissional que compõe a equipe pedagógica.

A formação inicial e a continuada do profissional da área da educação podem influenciar de forma direta na atuação de suas atividades com a criança autista para o desenvolvimento e transformação do processo ensino aprendido destas crianças, que muitas vezes não contam com uma família que possuem conhecimento sobre a síndrome.

Ao mesmo tempo, esta família espera que a escola e o trabalho desenvolvido pela equipe pedagógica sejam os caminhos para o desenvolvimento de seus filhos com autismo, tornando-os cidadãos mais independentes e convictos de que a atuação e o conhecimento destes profissionais é o melhor caminho para o desenvolvimento humano destas crianças.

Portanto desse modo, as questões investigadas neste estudo foram: Qual a importância da equipe pedagógica na atuação educacional com a criança autista? Como a equipe pedagógica atua educacionalmente com a criança autista? Como é feito o

planejamento para os professores atuarem com a criança autista? Como são desenvolvidas as atividades com a criança autista? Quais as experiências e dúvidas com a criança autista?

O objetivo geral da pesquisa foi verificar a importância da equipe pedagógica na atuação educacional com a criança autista. Os objetivos específicos do estudo foram: Identificar a importância da equipe pedagógica na atuação educacional com a criança autista; observar como a equipe pedagógica atua com a criança autista; analisar como é feito o planejamento dos profissionais que atuam com a criança autista e observar como se desenvolve as atividades educacionais com a criança autista.

Esta dissertação está organizada em três partes: Parte I - O enquadramento teórico, distribuída em dois capítulos. O Capítulo I trata sobre a Educação Especial, sua conceituação e significados e o que falam os autores sobre o assunto, o Capítulo II apresenta a síndrome do autismo sua definição, suas características e direitos da criança com autismo.

A Parte II do estudo apresenta a metodologia, caracterização do problema, bem como o estudo empírico que esta distribuída em duas partes onde os dados levantados foram analisados para compor a dissertação dos resultados obtidos no centro de referência educacional que compõem o lócus pesquisado.

A Parte III apresenta os resultados da pesquisa com a análise e interpretação dos dados, finalizando com a conclusão do trabalho de pesquisa.

## **PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## **CAPITULO I- EDUCAÇÃO ESPECIAL**

### **1.1 BREVE HISTÓRICO**

O marco histórico da educação especial no Brasil foi a partir do século XIX, quando surgiram as criações inspiradas nas experiências europeias, que em 1857, surgiram os primeiros trabalhos desenvolvidos para a pessoa com deficiência, um trabalho pioneiro que na época foi considerado inusitado e que Teixeira (1968) chegou a comentar que considerou o trabalho do Instituto dos meninos cegos, criado em 1954 como de grande relevância para o desenvolvimento da pessoa com deficiência e uma das principais atividades desenvolvidas pela instituição educativa na capital do país na época.

Após a criação deste instituto descrito por Texeira (1968) foi criado na Bahia em 1874 o Hospital Juliano Moreira, dando início a assistência médica a pessoa com deficiência intelectual, que foi definida em duas vertentes segundo Januzzi (1992), a vertente médico-pedagógica que era mais subordinada ao médico, contemplando também as práticas pedagógicas e a outra vertente era a psicopedagógica que não independe do médico, mas que enfatizam os princípios psicológicos.

Neste período no Brasil prevalecia na época o descaso do poder publico com a educação de indivíduos com deficiência de uma forma geral nenhum investimento neste setor era disponibilizado para o desenvolvimento da pessoal com deficiência no contexto educacional.

Segundo Aranha (2005) foi proclamada no Brasil em 1889 a república, e neste período de proclamação os profissionais da educação que estudavam na Europa vieram para cá com o objetivo de modernizar o país, e alguns investimentos começaram a surgir.

Ainda segundo Aranha (1989), o processo de popularização da escola primária publica iniciou nas décadas de vinte a trinta, quando o índice de analfabetismo era de 80%, e com isto se observou a expansão do ensino primário e a necessidade de expandir a educação especial no Brasil.

Aranha (1989) afirma que neste mesmo período a vertente anteriormente citada por Jannuzzi (1992) se estabeleceu na psicopedagogia da educação de pessoas com deficiência no Brasil e foi influenciada pelas reformas no sistema educacional, idealizadas pelos movimentos escolares, dentro de uma visão mundial sobre o assunto, o movimento escolar se caracterizou pela implantação de escolas que tentavam superar o tradicionalismo que não se adequavam as transformações sociais em curso.

Cunha (1988) analisou em seus estudos que no Brasil os ativistas que brigavam por uma reforma educacional defendiam tanto a necessidade de preparar o país para o desenvolvimento, quanto o direito de todos à educação.

Com este movimento no Brasil da educação alguns estados aderiram à reforma pedagógica, permitindo ainda a introdução da psicologia na educação, e foi neste período, que os testes de inteligência para identificar as deficiências intelectuais passaram a ser difundido, afirmou Jannuzzi (1992).

Mazzotta (2005) destacou os primeiros trabalhos sobre a educação de pessoas com deficiência, em registros feitos em publicação em 1915 e logo depois na década de vinte aparece outros livro direcionados a pessoa com deficiência que também tiveram grande relevância.

Analisando o movimento educacional da época e sua influencia na educação especial no Brasil, Cunha (1988) considerou que apesar da diminuição da desigualdade social o movimento também contribuiu para a exclusão dos diferentes das escolas regulares, pois a igualdade pregada pelo movimento passou a significar obrigatoriedade e gratuidade do ensino, ao mesmo tempo, que se excluía aqueles que não atendiam as exigências escolares.

Na análise de Jannuzzi (1992, 2004), ao estudar a educação da pessoa com deficiência no Brasil concluiu que no período de 1935 não teve avanço para a pessoa com deficiência, as definições eram contraditórias, a classificação ficou mais em nível de discurso e uma educação escassa, apresentando ainda sua constatação de uma lenta evolução dos serviços na área da educação.

De 1937 a 1945 a constatação de Jannuzzi (1992) se confirmou a educação no Brasil passou a ser centralizada e apresentou um retrocesso no processo democrático do ensino, em um período de favorecimento do ensino superior e mudanças no panorama da educação nacional, se viu um descaso governamental em relação à educação da pessoa com deficiência.



## 1.2 DEFICIÊNCIA E FILANTROPIA

Após a segunda guerra mundial (1939-1945), se iniciou no Brasil a Segunda República chamada também como a república populista e o fim do estado novo com a adoção de uma nova constituição de cunho liberal e democrático, onde determinava a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e a União (governo) passaram a ter competências para legitimar sobre as diretrizes e bases da educação partindo da afirmação de que a educação é um direito de todos. E durante 13 anos de 1948 a 1961 se construiu a lei de diretrizes e base da educação no Brasil.

Neste mesmo período ocorreu a expansão no número de estabelecimentos de ensino especial, cerca de 77% destes estabelecimentos eram públicos e em escolas regulares, segundo Jannuzzi (1992).

Em 1958 através da Lei nº 4.024 o Ministério da Educação começou a dar assistência às instituições criadas para a pessoa com deficiência e em seguida em 20 de dezembro de 1961, o Conselho Federal de Educação foi criado, surgindo a expressão “educação de excepcionais”, que Mazzotta (1990), afirmou ser um marco nas ações do poder público direcionados a pessoa com deficiência e a área da educação especial.

Com a promulgação da LDB de 1961, iniciou um crescimento nas instituições direcionadas a pessoa com deficiência. Os dados são da Federação Nacional das associações de pais e amigos dos excepcionais – FENAPAES, que passou a ser um órgão normativo das instituições.

As instituições filantrópicas sem fins lucrativos ganharam força nesta época e o apoio do governo que passou a colaborar financeiramente com as instituições já em atividade no país, e foi também neste período segundo Ferreira (1992), que foi implantado as classes especiais nas escolas públicas.

## 1.3 PERÍODO MILITAR E A DEFICIÊNCIA

O período do golpe militar em 1964 foi marcado pela privatização do ensino, sob uma visão empresarial, surgindo uma evolução no número de serviços de assistências à pessoa com deficiência o que segundo Jannuzzi (1992) a rede de serviços nesta época era composta

por 74% de classes especiais nas escolas regulares e 71% das classes eram em escolas estaduais. No caso das instituições especializadas 80% eram de natureza privada. Com estes números significativos de instituições observou-se a necessidade de definir as bases legais para o desenvolvimento da educação especial. Então surgiram as Leis de Diretrizes e Bases da Educação.

#### 1.4 LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Após a criação das leis de Diretrizes e Bases da Educação começaram então a normatizar a educação no Brasil partindo da Lei 4.024 de 1961, Artigo 88, que foi reafirmada na Lei 5.602 de 1971, feito no contexto da ditadura militar no Brasil e de interesses econômicos mundiais, alterando a estrutura do ensino criando níveis, como o de 1º grau, destacou Nunes e Ferreira (1994).

Kassar (1988) destaca a Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, o Artigo 9º definiu a clientela de educação especial, com alunos que apresentavam deficiências físicas e mentais.

Segundo Mattos (2004) o Decreto 72.425 de 3 de junho de 1973, criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, junto ao Ministério da Educação, que posteriormente se estruturou no primeiro órgão educacional do governo federal.

Gaspari (2002) ressaltou que em 1976 foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social-SINPAS, e o Fundo de Previdência e Assistência Social – FPAS, responsável pelos projetos de assistência social a pessoa com deficiência e em 1977 foi criado o Ministério da Previdência Social, formalizando diretrizes para ação no campo do atendimento a excepcionais, assim as instituições da educação especial foram se firmando e reforçando seu caráter assistencialista. E em 1986 foi lançado o Plano Nacional de Ação Conjunta, uma Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE, comandada pelo governo federal.

Após a criação do Ministério da Previdência Social foi feita uma reforma administrativa, a Secretaria Nacional de Educação Básica- SENEb em 1990 assumiu a responsabilidade de implantar a política de educação especial, e dois anos depois em 1992 após novas reformas o Ministério de Educação e Desporto – MEC recolocou o órgão de educação especial na condição de secretaria.

O que para Mazzotta (1990) as mudanças eram apenas nos nomes e estatuto, mas o órgão se caracterizava da mesma forma, isto é a centralização do poder de decisão e execução, e uma atuação marcante terapêutica e assistencialista ao invés de educacional.

Já Bueno (1994), ao analisar este contexto educacional da época afirmou que era mais um mecanismo de exclusão do que de escolarização. E segundo a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, para Bueno (1994) a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

E para encerra o breve histórico, algumas considerações sobre a Lei nº 9.394, pois seus artigos sobre a Educação Especial são bem claros, mas sua execução não contemplam em sua totalidade a pessoa com deficiência.

O Art. 58. Diz que se entende por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. O que quando necessário, haverá serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

No discurso esperançoso da qualidade do ensino segundo Mesquita (2004) ficou claro também no Art. 58. Que o atendimento educacional seria feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, se não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular, o que nem sempre esta ocorrendo na educação pública do País.

Segundo Mattos, (2004) no Art. 59. O sistema de ensino deveria assegurar aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades, bem como professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, e professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns, uma realidade ainda distante no Brasil.

Esta educação inicial da pessoa com deficiência deveria ser uma preparação para a educação especial direcionada ao trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade.

Michels (2002) analisando a política brasileira de educação especial enfatizou que os avanços em termos da legislação como a Lei de Diretrizes e Base da Educação e mesmo da compreensão sobre o significado das necessidades educacionais especiais foram inegáveis, embora não tenha sido suficiente para retirar a educação brasileira do âmbito das políticas assistencialistas não atendendo ao anseio educacional da pessoal com deficiência.

## 1.5 ATUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

É necessário primeiramente separar Educação Especial da Educação Inclusiva, pois, apesar de que na legislação brasileira elas estão cada vez mais próximas, na visão histórica educacional e estrutural os termos são antagônicos.

Machado (2005), neste contexto da educação especial, a escola se caracteriza por está preparada para receber os alunos com uma especificidade de problema, os professores são especialistas em determinada deficiência e o objetivo educacional é centrado no treinamento com o intuito de favorecer a adaptação social da pessoa. Enquanto que a Educação inclusiva as escolas são preparadas para educar na diversidade, os professores preparados para oferecer ensino de qualidade para qualquer criança e o objetivo educacional centrado na aprendizagem significativa, favorecendo a aquisição de habilidades.

Ao falarmos em Educação Especial se abre inúmeras propostas apresentadas para este processo o que na maioria das vezes é apenas a colocação de crianças com deficiência em salas de aulas regulares o que simplesmente dificulta o processo ensino aprendizagem já que as crianças necessitam de uma atenção maior para seu crescimento e desenvolvimento escolar, Silva (2002) descreve que a realidade hoje da educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais no Brasil, se caracteriza pelo assistencialismo filantrópico e pela fragilidade do sistema educacional.

Neste contexto atual, a educação especial representa um razoável desafio para o avanço das políticas educacionais direcionadas a crianças e jovens com necessidades especiais educacionais.

Kassar (1995) afirma que há um entrelaçamento entre a educação geral, a educação especial e a proposta da educação para todos, em suas dimensões relacionadas à formação de professores e práticas pedagógicas, que se inicia a discussão em torno dos desafios, das

possibilidades e das ações para que o processo de inclusão educacional da pessoa com as necessidades educacionais especiais seja implementado. E ressalta que o especial e o comum são vistos como dois problemas distintos, que vêm disputando o mesmo espaço, o mesmo lugar físico.

Baseado na visão de Kassar (1995) se faz então necessário um melhor conhecimento e planejamento para a realização da educação especial no país, caso isto não ocorra o processo que aparentemente seria para inclusão acaba ocorrendo uma transformação resultando em exclusão. Pois, muito já se discutiu sobre a exclusão e inclusão escolar, e foram apresentados vários olhares sobre o tema. Afinal a inclusão no ensino regular é um direito da pessoa com deficiência.

Padilha (2002), afirma que o simples acesso a escola não é suficiente, ainda que muitíssimo necessário, mas muito ainda falta ser feito para a real inclusão e desenvolvimento da educação especial no país.

Ainda segundo Padilha (2002) o termo inserção cultural é o nome mais apropriado para a inclusão apresentada hoje no Brasil. Afirma que a inclusão deveria partir de um princípio maior e mais aprofundado sobre o papel da escola, do professor e das formações destes profissionais que atuam em sala de aula com pessoa com deficiência.

Analisando este contexto educacional da pessoa com deficiência observei que a parte integrante deste desenvolvimento educacional da pessoa com deficiência é as condições e propostas de inclusão aos alunos com necessidades educacionais especiais, pois a partir deste trabalho de inclusão se não bem apresentado e desenvolvido, se coloca a pessoa com deficiência numa condição de que seus limites são muito claros e acaba apresentando barreiras neste processo de desenvolvimento educacional, passando a ser uma das mazelas da educação, pois os poucos alunos que tem tido acesso a algum tipo de escola não estão recebendo uma educação apropriada, seja por falta de profissionais qualificados ou pela falta de recursos.

## 1.6 MOTIVAÇÃO EDUCACIONAL

A sala de aula para a pessoa com deficiência deveria e deve ser libertadora, capaz de oportunizar sua liberdade de ouvir, falar, agir e pensar e não limitadora, com ações pré-

estabelecidas e rotineiras. Pois, são poucas as instituições hoje no Brasil que possuem uma rotina como as das escolas igual ao século XIX, onde os alunos faziam todos os dias às mesmas coisas, e para Demo (2008), esta mudança segue o contexto da mudança mundial.

Neste contexto da educação especial o livro *motivação para ensinar e aprender* de Schwartz (2014) trás um breve relato do que é a motivação e sua importância neste processo de inclusão na educação especial. Pois, a descrição do conceito de motivação inicia das razões pessoais que conscientemente ou inconscientemente orientam a pessoa no caminho de alguma meta, e tanto a pessoa com deficiência bem como os profissionais que com eles atuam precisam estabelecer um processo motivacional, é o que fica bem claro no texto de Schwartz (2014), quando apresenta alguns fatores como: curiosidade, interesse e esforço não surgem de modo isolado, com esta visão o papel do professor neste processo de interação motivacional é de grande relevância. Um momento de pensar na atuação dos professores com a pessoa com deficiência, pois podem interferir qualificar ou até mesmo anular os padrões motivacionais dos alunos.

Em sala de aula é papel de o professor desenvolver e oportunizar esta motivação que pode ser bem definida no seu plano de aula para atender a uma demanda de alunos com deficiência que na sua maioria possuem características especiais bem definidas neste relacionamento professor aluno, fazendo com que seja necessária uma reconstrução diária deste processo motivacional. “[...] curiosidade é uma coceira nas ideias, o que pode ser provocada pela dúvida, pela sensação de desconhecimento, de surpresa, com atitudes inesperadas” (Alves, 2003, p.8).

Schwartz (2014) destaca que a motivação não é algo que se tem ou não tem, como se ela fizesse parte, ou não, “naturalmente do comportamento humano”. E afirma ainda que não existe ausência de motivação.

Morin (2000), nos leva a uma reflexão, afirmando que o professor que trabalha com a pessoa com deficiência, mesmo que motivado não consegue muita das vezes transmitir seus sentimentos e sensações motivacionais, o que acaba dificultando o trabalho de interação do professor com o aluno, o que torna o tema ainda mais complexo quando articulamos a motivação com o processo ensino aprendizagem. “Motivação é o que constitui o componente energético do ser humano, o que move e direciona para algo que nem sempre é tangível nem evidente.” (Huertas, 2001, p. 47).

Alonso Tapia (1999) defende que o interesse está articulado à motivação para ensinar e aprender, e ligado ao contexto educacional, dentro das atividades em que as aulas e o processo de aprendizagem se desenvolvem.

Por isto, o professor deve dar uma importância maior à motivação e investir na sua carreira, pois, os professores apesar das dificuldades enfrentadas no dia a dia, tentam de todas as formas, permanecer na sua profissão e realizar um bom trabalho, embora nem sempre sejam bem sucedidos. O gosto de educar, a vontade de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e a constatação de que a profissão admite autonomia de pensamento e de ação a quem desempenha, é uma forte motivação para que o professor continue a investir na carreira, afirma Castro (1995).

Freire (1987) afirma que a motivação deveria ser uma constante neste processo de ensino aprendizagem, pois o sujeito quando motiva também é motivado, isto é, em sua atuação enquanto ensina e aprende.

Schor (1987) com a mesma linha de pensamento de Paulo Freire (1987) ressalta que a pedagogia está motivando os estudantes contra o trabalho intelectual, por isto defende a importância da motivação neste processo ensino aprendizagem. “É necessário darmos oportunidade para que os educandos sejam eles mesmos, caso contrário, domesticamos o que significa a negação da educação” (Schor, 1987, p. 32)

## 1.7 DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O direito de todo cidadão e da pessoa com deficiência está sendo amplamente divulgado, embora a pessoa com deficiência conheça seus direitos, ainda encontra grandes dificuldades de ter seus direitos respeitados e preservados, bem como colocá-los em prática, considerando a retomada desta discussão em âmbito mundial a pessoa com deficiência apesar de toda a limitação de fazer valer seus direitos, já aponta avanços no que se refere aos direitos no convívio social e educacional.

Contudo, como já se falou das diretrizes e base da educação para a pessoa com deficiência, surgem discussões sobre os direitos da pessoa com a síndrome do autismo que frequentemente tem os direitos violados.

No livro Salto para o futuro - Educação Especial: tendências atuais escritos por de Rodrigues (1999) um destaque para discussão sobre a inclusão no Brasil, no livro relatos claro de que muito tem que se melhorar e fazer para que a pessoa com deficiência tenha acesso real no processo ensino aprendizagem, o livro ilustra ainda que toda e qualquer deficiência, seja física, motora ou intelectual é um grande desafio para este processo de inclusão.

Rodrigues (1999) aponta ainda os aspectos considerados críticos como o conceitual, isto é, a definição da educação especial no Brasil, discussões relatam que ainda não houve tanto avanço neste sentido, e esta definição é importante para que se possa realmente estabelecer critérios, planejamentos e currículos para que efetivamente, ocorra à inclusão da pessoa com deficiência nas escolas seja ela publica ou particular.

Outro aspecto descrito por Rodrigues (1999) são as divergência de como se desenvolve a prática pedagógico em sala de aula, seja para a pessoa com deficiência ou não deficiente e como se dá esta interação. Levando-nos a refletir sobre o que é educação especial de fato no Brasil.

Automaticamente se abre uma discussão sobre as competências destas crianças com deficiência que necessitam da educação especial. E se o modelo pedagógico atende a necessidade destes alunos. Pois, a prática pedagógica, nas escolas publica geralmente são focadas nas baixas expectativas da potencialidade da criança com deficiência ou não, e suas potencialidades reais.

E como a educação é direito de todos como já foi amplamente apresentado neste trabalho, o livro “O direito de ter direitos” de Rosita Carvalho (1999), provoca inúmeros debates sobre o assunto, como o apresentado por Bobbio no Livro “A era dos direitos”, traduzido por Nelson Coutinho (1992).

Bobbio na tradução Nelson Coutinho (1992) fala que os direitos da pessoa com deficiência tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novos crescimentos materiais ou morais; mais ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido.



Um aspecto muito bem colocado é sobre os termos integração e inclusão que são muito confundidos por quem trabalha na educação especial e que são bem distintos em sua definição.

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas, num contexto de relações, o que determina a sua interação com os diversos grupos sociais e implica em reciprocidade. No enfoque escolar ela aponta que é um processo gradual e dinâmico que pode adotar formas diferentes de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos.

E para que de fato esta integração de todos ocorra é preciso que nossas escolas trabalhem todo o contexto escolar, fazendo com que ocorra a interação e não exclusão, como muito já se falou neste trabalho.

No caso da inclusão tem sido conceituada segundo Rosita Carvalho (1999) como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, isto nas classes comuns onde encontramos pessoas com deficiência e não deficientes, beneficiando a todos se, partirmos da colocação de que todos são considerados iguais em sala de aula, respeitando suas diferenças e criando um clima de cooperação e solidariedade, o que na realidade não ocorre de fato.

Rosita (1999) afirma ainda que a inclusão trata se de um ideal, sem dúvida, mais é preciso insistir na inclusão no seu processo de interação com as demais crianças e com o meio, uma escola para todos com um processo que deve ser pensado no âmbito educacional escolar. Pois, quanto maior as diversidades, mais complexa e mais rica se torna a figura formada pelo conjunto das partes que a compõem.

Golfredo (1999) reafirma que é indispensável uma reforma na formação dos professores que precisam aprender a identificar e atender às necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos portadores ou não de deficiência, somente assim, afirma ele que será possível iniciar um processo de formação ideal para os profissionais que atuam com a pessoa com deficiência.

A reforma na formação dos professores são barreiras que para muitos devem ser quebrada dando inicio a um processo de construção, necessária, essencial, formando novos meios, atividades, currículos e preparação destes profissionais.

Pois, um país com mais de 15 milhões de deficientes segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, e segundo o IBGE afirmou existir no País 24,6 milhões de pessoas com deficiência, deste total, 1,9 milhão são crianças e adolescentes, informações divulgadas

pela UNESCO (2004). A ONU apontou ainda uma realidade assustadora se analisarmos a educação brasileira como um todo, carente de estrutura física, com pouca ou quase nenhuma acessibilidade, um currículo e planejamento ineficientes.

Diante dessa situação, cabe mais uma indagação: qual é a qualidade do ensino na educação especial? Já que no estudo apontado pela ONU fala de precarização da educação no Brasil, como a educação especial esta sendo pensada pelo Governo? Alguns autores já discutem esta questão (Braverman, 1981; Alves, 2001; Arruda, 2001) e sugeriram que a escola atenda a necessidade específica como segurança, alimentação, saúde entre outros aspectos, não apenas estes pontos citados são relevantes é necessária uma preocupação com a aprendizagem, caso contrário à educação especial se torna menos importante e prejudica sua identificação de necessidades educativas especiais.

E neste contexto de carência estrutural o professor está tendo a compreensão do que é uma escola para a pessoa com deficiência? Ou tão somente realiza atividades específicas direcionadas as pessoas com deficiência, sem qualquer visão global do que é a inclusão? Este profissional é capaz de desenvolver sua criticidade a frente destas diversidades? Trabalhando as adaptações curriculares necessárias para este processo ensino aprendizado e a participação direta destes alunos em todas as atividades educacionais?

Através deste entendimento barreiras vão sendo quebradas e inicia se uma construção do conhecimento, uma troca de experiências e observações que nos leva a entender melhor o que é de fato educação especial.

## 1.8 FORMAÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA E DO PROFESSOR

No que se referem à formação destes profissionais que compõem a equipe pedagógica como professores, psicopedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais e coordenadores nos dias atuais seguindo a LDB, instituída pela lei nº 9.394(Brasil, 1996), e promulgada da lei LDB nº 9.394/96 trouxe questões complexas quanto à formação destes profissionais, principalmente o da área da educação especial. O que requer uma visão mais ampla sobre o papel da equipe pedagógica na escola e a concepção de conhecimento escolar, bem como de sua formação.

Ao conhecer as obras de Jannuzzi (1992), Bueno (1993), Mazzotta (1982; 1996) e Ferreira (1994), se observou um descompasso entre a formação inicial dos profissionais de

educação especial, levando á uma reflexão de ajustes curriculares de acordo com os diferentes enfoques e necessidades.

O que obriga o professor a aprender a ser professor, e pensar em uma busca de formação qualificada, com um compromisso de ensinar e quebrar barreiras com o aluno da educação especial. Criando um aparato de métodos e conteúdos para o desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Neste contexto de estabelecer técnicas e quebrar barreiras, Lima (2011) ressalta a preocupação de considerar a chamada racionalidade prática como mais capaz de fazer face à situação caracterizada em sala de aula. Apontando que a formação do professor e de toda a equipe pedagógica precisa ser continuada com um processo de desenvolvimento ao longo da vida com sua rotina escolar.

No livro de Zeichner (1993, p.55) destaco o trecho: “aprender a ensinar é um processo que continua ao longo da carreira docente e que, não obstante a qualidade do que fizemos nos nossos programas de formação de professores, na melhor das hipóteses só poderemos preparar os professores para começar a ensinar”.

Segundo Zeichner (1993), a tal formação da equipe pedagógica deve refletir sobre o processo da educação. E que a formação inicial do professor é fornecedora do conhecimento fundamental para a construção do conhecimento pedagógico especializado, para então iniciar sua atuação em sala de aula, sabedor da necessidade da educação continuada para fomentar seu conhecimento já adquirido e para a atuação com a criança com deficiência, este conhecimento específico deve ter uma visão mais ampla dentro do contexto escolar, conhecendo suas características suas necessidades fundamentais para que se realize em sala o processo ensino aprendizagem.

E com esta visão mais ampla de conhecimentos surge ainda um processo mais reflexivo sobre a educação e sua peculiaridade de experiências na educação infantil geradora de conhecimentos sobre a pessoa com deficiência, criando estratégias, métodos de intervenção e mudanças adequadas ao convívio educacional.

A formação inicial, somos sabedores é a base do educador para atuar em sala de aula, mas não é capaz de sozinha estabelecer total conhecimento sobre o assunto envolvendo a teoria e a prática tão necessária para este crescimento profissional, pois, é justamente o dia a dia em sala de aula com o auxílio da leitura, investigação e pesquisa que o profissional

consegue estabelecer um elo entre os seus conhecimentos, proporcionando uma melhor clareza sobre o que é ser um educador.

E para quem já é um educador, Imbernón (2000), afirma que nos casos de profissionais atuantes em sala de aula e que buscam esta formação, a prática em sala possibilita questionar ou legitimar o conhecimento teórico profissional posto em prática, o que é muito importante para esta formação.

Maciel (2011) questiona a situação construída nestes anos de aprovação da LDB, e questiona ainda que esta regulamentação fragmentada anda na contramão da concepção firmada pelos movimentos e entidades acerca da formação de profissionais da educação, e principalmente levanta uma discussão sobre o papel do curso de pedagogia. Apontando falhas na formação deste curso que ainda é um dos únicos que não possui suas diretrizes curriculares aprovadas e que isto precisa com urgência ser solucionado.

Portanto, Maciel (2011) afirma que o futuro do curso de pedagogia deve começar primeiramente pela oficialização das diretrizes, organizando e ocupando o papel que lhe cabe no contexto de profissionais da educação. E para que este futuro ocorra depende primeiramente da mudança da LDB principalmente nos tópicos que trata da formação de profissionais da educação. Formação baseada em um saber pedagógico enriquecido com a experiência do profissional da educação, bem como a autora manifesta preocupação quanto às novas iniciativas do Ministério da Educação, na portaria nº 1.403(Brasil, 2003) sobre a certificação docente, pois, cria o Exame Nacional de Certificação de Professores e o Certificado Nacional de Proficiência Docente, o que causa uma distorção na relação entre o que é formação e carreira.

Para Imbernón (2009), este envolvimento com o cotidiano requer também uma compressão maior do seu dia a dia, e para isto é exigido do professor um maior interesse nas pesquisas sobre a educação, para a construção de seu conhecimento, neste processo de formação e atuação em sala de aula. Para que não ocorra uma acomodação dos professores diante de suas práticas pedagógicas.

Portanto, neste processo de transformações que caracterizam a sociedade educacional atual, o domínio de conteúdos e de habilidades cognitivas do professor é necessário para a constante busca da informação e do conhecimento. O que para Pimenta (2002) trata se de garantir aos alunos acesso aos conhecimentos, que lhe permitirão a possibilidade de buscar,

selecionar, produzir, analisar e utilizar tais conhecimentos repassados pelos professor diante da complexidade e da diversidade das situações atuais.

Com o objetivo de analisar os conhecimentos profissionais dos professores que trabalham com a criança com deficiência e o processo ensino aprendizagem, que valorize o conhecimento Mizukami (2000) e Shulman (1989) identificaram dois modelos de conhecimento a serem desenvolvidos na formação profissional do docente: conhecimento proposicional (constituído por princípios, máximas e normas); conhecimento de casos particulares; os conhecimentos se diferenciam nas maneiras de aplicar regras adequadas a casos corretamente identificados desenvolvidos pelo professor quando se encontra diante de situações dilemáticas.

Mas, para Imbernón (2009) falta folego para os educadores buscarem conhecimento e uma formação mais adequada a sua atuação em sala de aula, talvez pelos baixos salários no Brasil, ou muita das vezes pela falta de estrutura nas escolas, os professores aos poucos foram se desanimando, e se conformando com a então formação de professores apresentada hoje no País. E devido a esta realidade muitos formadores de formadores estão migrando para outras profissões algumas delas administrativa e deixando a educação, mais ainda há uma esperança naqueles que acreditam que dias melhores virão.

Torres (1998) discute a necessidade de uma reorganização dos cursos de formação de professores, pois, os cursos de formação na atualidade não conseguem compensar as lacunas deixadas no decorrer da história da educação no Brasil, seja ela pensada num contexto de transformação de todo o sistema escolar, ou da prática pedagógica.

Analisar é preciso, tudo que se chega de conhecimento e novos métodos de formação, é positivo se olharmos pela ótica da contribuição para o processo educacional, novos métodos, técnicas, conteúdos, tudo contribui para a evolução na formação do professor e de seu conhecimento compartilhado.

## **CAPÍTULO II- AUTISMO**

### **2.1 O QUE É AUTISMO**

Estudos sobre o autismo já ultrapassam os 50 anos e embora a ciência já tenha percorrido este longo caminho para a compreensão do autismo muito falta para uma conclusão mais concreta sobre a síndrome.

A Síndrome do Autismo é foco de estudo do trabalho, e para iniciarmos se faz necessário trazer aqui algumas considerações, pois, várias são as questões sobre a educação especial e a inclusão da pessoa com deficiência ou necessidades educativas especiais que tem sido amplamente discutida no contexto social e educacional, bem como leis que garantem a regulamentação do processo de inclusão respeitando e ressaltando a igualdade de direitos destas pessoas.

O estudo sobre autismo começa com a elaboração de documentos que discutem a questão da deficiência e, dentre eles, destaca-se a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) e, mais recentemente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na ONU (2006).

O principal mecanismo de luta por uma educação inclusiva, tanto no âmbito da educação pública quanto privada, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que define que a educação para alunos com deficiência deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando aos mesmos, currículo, métodos, técnicas, recursos educativos específicos para atender às suas necessidades, dentre outros.

E como este trabalho fala da importância da equipe pedagógica que atua com a criança autista é importante ressaltar o que é autismo, pois a síndrome ainda é vista por muitas pessoas com temor, curiosidade e interesse principalmente no que se refere a suas origens, desenvolvimento e tratamento ou podemos dizer acompanhamento.

E sobre este tema Rodrigues e Spencer (2010) coloca em discussão o desconhecido que permeia o autismo, pois segundo eles o autismo bem como outras síndromes é cercado por atitudes de discriminação e preconceito por envolver o desconhecido e a desinformação.

## 2.2 CONHECENDO O AUTISMO

Autismo é uma palavra de origem grega (autós), que significa por si mesmo, o termo é usado dentro da psiquiatria para denominar comportamentos humanos que se centralizam em si mesmos, voltado para o próprio indivíduo.

A síndrome necessita ainda ser desvendada em sua totalidade, mais os primeiros estudos sobre o autismo, surgiram em 1943 pelo psiquiatra, Leo Kanner onde estudou um grupo de 11 crianças com comportamentos diferentes, na época intitulou a síndrome como Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo, por apresentarem inabilidade no relacionamento interpessoal, e o distúrbio fundamental mais surpreendente é a incapacidade dessas crianças de estabelecer relações de maneira normal com as pessoas e situações desde o princípio de suas vidas. Outra característica observada por Kanner é o atraso na aquisição da fala (embora não em todas) e do uso não-comunicativo da mesma, isto é a linguagem não era utilizada enquanto instrumento para receber ou transmitir mensagens aos outros. Em seus estudos Kanner identificou boa inteligência no sentido comumente aceito desse termo e acreditava no bom potencial cognitivo dessas crianças com autismo, ele na conclusão de seus estudos afirmou que estas crianças eram extremamente inteligentes.

Nos estudos de Asperger (1944), foi possível identificar um aprofundamento maior sobre o tema, principalmente destacando características que Kanner não levantou em seus estudos, como a questão de a criança com autismo apresenta dificuldade em fixar o olhar durante situações sociais e fez ressalvas quanto á presença de um olhar periférico e breve, chamou a atenção para as peculiaridades dos gestos e da fala.

Asperger (1994) afirma que a síndrome por ele descrita diferia a de Kanner, embora ele reconhecesse alguma semelhança em alguns pontos já que os dois realizavam estudos para a identificação das dificuldades no relacionamento interpessoal e na comunicação. Mas em um ponto eles concordavam que era chamar a atenção sobre a qualidade do comportamento social que perpassa a simples questão do isolamento físico, timidez ou rejeição do contato humano.

Gillberg (1990) definiu o autismo como uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento, ele afirmava ainda que a síndrome acometia crianças com idade inferior a três anos, como predominância de quatro crianças a cada dez mil nascidas, e se manifesta majoritariamente em indivíduos do sexo

masculino, sendo que em quatro casos confirmados três são masculino e um feminino.

Sacks (1995) afirmava que o autismo não tinha ligação com a esquizofrenia, ele concordava com Kanner reafirmando que o autismo sofre a ausência de influências externas, vive de total isolamento e seus sintomas se apresentam bem mais cedo do que nos casos de esquizofrenia.

Hoje vários outros conceitos já foram apresentados, alguns deles são transtornos orgânicos, doença incapacitante e crônica que provoca comprometimentos cognitivos, e os diagnósticos depende de avaliações de inúmeros critérios que poderão determinar se a criança é autista ou não.

Estes critérios estão no DSM-IV(Manual Diagnostico e Estatístico de Transtornos Mental), um dado importante e de fundamental importância para se descrever um autista, para que se possam criar projetos educacionais e de convívio social com uma criança a fim de que ela possa apresentar o desenvolvimento satisfatório, tanto no seu convívio social ou educacional é o fato de que alguns estudos apontam que cerca de 70% a 80% dos autistas possuem comprometimento intelectual, e desta forma muitos deles necessitam de tratamento medicamentoso o que pode melhorar e muito seu modo de vida e alguns estereótipos que possa apresentar. É o que afirma Piaulino (2008) que diz ainda que conhecer o autismo exige uma constante aprendizagem.

Goodman e Scott (1997) consideraram o autismo um transtorno invasivo do desenvolvimento, isto é, algo que faz parte da constituição do individuo e afeta a sua evolução. Caracterizando-se por alterações na interação social, na comunicação e no comportamento, manifestando antes dos três anos e persiste durante a vida adulta, e afirmou ainda que outros distúrbios do desenvolvimento se enquadram no perfil de problemas autísticos, mas não incluem todas as características da síndrome.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou em 1993 a décima versão do Código Internacional de Doenças (CID-10), atualizando a classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento, pela qual se enquadrou o autismo na categoria de “Transtornos Invasivos do Desenvolvimento”.

De acordo com a ASA – Autism Society of América (1999), o autismo é um “distúrbio de desenvolvimento, permanente e severamente incapacitante”. Cleonice Bosa (2002) no livro “Autismo: atuais interpretações para antigas observações” trabalhou a história



e a conceituação do autismo, tentando esclarecer as constantes confusões causadas pelos professores sobre a síndrome. Ressaltando que o autismo ainda não possui uma causa, diagnóstico e tratamento definidos e bem aprofundados e esclarecidos para que se possam desenvolver métodos que tornem a vida educacional de um autista mais salutar.

E para maior entendimento alguns autores já buscam esclarecimentos sobre o autismo, apresentando várias visões e explicações em diversos pontos da educação para o conhecimento de pesquisadores, médicos e educadores.

Scheuer (2002) no livro a “Linguagem e o autismo” trás um detalhamento sobre o assunto abordando inicialmente o desenvolvimento da linguagem nos primeiros meses de vida, identificando os principais comprometimentos de linguagem presentes nos autistas, além de discorrer sobre as estratégias adotadas por essas pessoas com deficiência, destacando ainda a importância e a qualidade da interação social e educacional com pessoas significativas no seu convívio daí a importância da atuação da equipe pedagógica.

Neste contexto, há multiplicidade e olhares sobre o autismo. Ana Soledade Martins, Cíntia Preussler e Maria Lucrécia Zavaschi no livro de Bastista (2007) apresentam um olhar baseado na visão da psiquiatria, no livro “A psiquiatria da infância e da adolescência e o autismo”. Apresenta a síndrome através de uma classificação e descrição conforme o DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), publicado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA). Um estudo que pode facilitar o conhecimento e o prognóstico sobre o autismo que pode nortear o trabalho dos profissionais que atuam com a criança autista.

Pois, segundo Wing (1996), há um crescimento de crianças com autismo no Brasil, se calcula que existam, aproximadamente, 600 mil pessoas afetadas pela síndrome do autismo se considerar somente a forma típica do autismo, os dados são da Associação Brasileira de autismo (1997).

Definição dos Transtornos do espectro Autísticos (TEA). A expressão Transtornos do Espectro Autístico é abrangente e agrupa cinco transtornos específicos: Transtorno autístico ou autismo, Transtorno desintegrativo da infância, Transtorno de Asperger, Transtorno de Rett, Transtorno invasivo ou global do desenvolvimento: não especificado em outra categoria. Estes distúrbios têm traços comportamentais similares, mas com critério de diagnóstico específico (Smith, 2008, p. 357)

## 2.3 ATUAÇÃO EDUCACIONAL COM A CRIANÇA AUTISTA

Baptista (2002) relata em seu livro “Integração e autismo” como são conhecidos cientificamente o autismo: como DGD - Distúrbios Globais do Desenvolvimento – autismo é uma síndrome caracterizada por alterações que se manifestam, sempre na interação social, na comunicação e no comportamento. Geralmente manifesta-se por volta dos três anos de idade persistindo por toda a vida adulta. Aparece principalmente o sexo masculino, na proporção de quatro meninos para cada menina. Os problemas apresentados pela pessoa autista estão relacionados ao grau do autismo que a pessoa apresenta. Algumas, apesar de autistas, apresentam um bom desenvolvimento como inteligência e a fala intacta, em casos mais acentuados elas apresentam também retardo mental, mutismo ou importantes retardos no desenvolvimento da linguagem. Algumas possuem um comportamento fechado e distante, outras presas a comportamentos restritos e rígidos aos padrões de comportamento, bem como têm relatos de uma experiência de atendimento educativo de um aluno com autismo.

Para este atendimento com o aluno autista surge um paradoxo que é a estruturação da proposta de intervenção, no texto apresentado por Dolores Castanho (2008) no livro “Um espaço educacional possível”, através de uma experiência de atendimento no ensino especial, foi possível mostrar a sintonia existente entre a proposta pedagógica implementada em uma rede regular de ensino comum e uma escola especial. Observou-se a necessidade de um currículo vivo, por meio de pesquisa e um esforço para articulação constante entre as diferentes disciplinas.

Pois, os alunos autistas apresentam um modo diferente de aprender, organizar e processar as informações. Para respeitar estas diferenças, elas necessitam de locais e ambientes estruturados, organizados além de profissionais capacitados para desenvolver seu aprendizado bem como possuem dificuldades e limitações em mudar sua rotina o que dificulta a aquisição de conhecimento e relacionamento com as demais pessoas. É neste Contexto de interação e comportamento rotineiro dos autistas que a interação professor aluno se apresenta de forma a contribuir neste processo de ensino aprendizagem, bem como seu desenvolvimento social conclui Castanho.

Baptista e Rosa (2002) ressaltam a importância do comprometimento ético entre aqueles que devem atuar em sala de aula, esta assistência do professor e equipe pedagógica

deve agregar saberes do serviço social, da medicina, as psicologias e de outras especialidades para desta forma, o aluno obter sucesso em seu desempenho, contudo se faz necessário o professor reconhecer o nível de desenvolvimento intelectual proximal do aluno com autismo, para, então, conduzi-lo a estágios ainda não alcançados, fazendo com que ele atinja níveis mais avançados de desenvolvimento real e não fique apenas em uma inclusão como forma de justificar a diversidade de pessoas com deficiência em sala de aula atendendo a uma demanda social e exigências educacionais.

## 2.4 DIREITO DOS AUTISTAS

O direito de todo cidadão e da pessoa com deficiência esta sendo amplamente divulgado, embora a pessoa com deficiência conheça seus direitos, encontra grandes dificuldades de ter seus direitos respeitados e preservados, encontrando dificuldades de se colocar em prática, considerando a retomada desta discussão em âmbito mundial a pessoa com deficiência apesar de toda a limitação de fazer valer seus direito, já aponta avanços no que se refere aos direitos no convívio social e educacional.

Contudo como já se falou dos direitos da pessoa com deficiência, incluo a pessoa com a síndrome do autismo que frequentemente tem seus direitos violados.

Piauilino (2008) destaca os direitos do Autista, passando por todas as estancias, social, econômica, educacional que é a que iremos destacar aqui, pois segundo a constituição federal e demais leis sobre o assunto destacam que a pessoa com deficiência tem direito a uma escola especial.

O livro “O direito de ter direitos” de Rosita Carvalho (2006) Pesquisadora em Educação e Consultora Técnica em educação Especial provoca inúmeros debates como o apresentado por Bobbio no Livro “A era dos direitos”, traduzido por Nelson Coutinho.

A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação d novos carecimentos materiais ou morais; mais ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido. (Bobbio, 1992, p.5).

Segundo Rosita Carvalho (2006) a integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto de relações, o que determina a sua interação com os diversos grupos sociais e implica em reciprocidade. No enfoque escolar ela aponta que é um processo gradual e dinâmico que pode adotar formas diferentes de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos.

E para que de fato esta integração de todos ocorra é preciso que nossas escolas trabalhem todo o contexto escolar, fazendo com que ocorra a interação e não exclusão.

A inclusão é como um processo de educar conjuntamente e de maneira incondicional, isto nas classes comuns onde encontramos pessoas com deficiência e com não deficiências, beneficiando a todos se partimos da colocação de que todos são considerados iguais em sala se respeitando suas diferenças criando um clima de cooperação e solidariedade.

A inclusão se trata de um ideal sem dúvida, mais é preciso insister na inclusão no seu processo de interação com as demais crianças e com o meio, uma escola para todos, processo que deve ser pensado no âmbito educacional escolar. Pois, quanto maior as diversidades, mais complexa e mais rica se torna a figura formada pelo conjunto das partes que a compõem.

E a escola está disposta a realizar esta inclusão? Uma barreira que para muitos deve ser quebrada, dando início a um processo de construção, necessária, essencial, formando novos meios, atividades, currículos e preparação destes profissionais, uma realidade assustadora se analisarmos a educação brasileira, carente de estrutura física, com pouca ou quase nenhuma acessibilidade, se diferenciando apenas em alguns pontos das escolas particulares que faz um contra ponto do que é a inclusão no país. O professor esta tendo a compreensão do que é uma escola inclusiva? Ou tão somente realiza atividades específicas direcionadas as pessoas com deficiência, sem qualquer visão global do que é a inclusão. Este profissional é capaz de desenvolver sua criticidade a frente destas diversidades, trabalhando as adaptações curriculares necessárias para este processo ensino aprendizagem e a participação direta destes alunos em todas as atividades educacionais? E não apenas nas atividades e práticas formadas ou criadas para atender suas necessidades, adaptações necessárias bem como um melhor entendimento destes profissionais para garantir uma inclusão real em sala de aula e em todo o contexto escolar.

Ferrari (2007) através do entendimento de que há barreiras na educação especial, o dia a dia prova que às dificuldades vão sendo quebradas e inicia se então uma construção do

conhecimento, uma troca de experiências e observações que nos leva a entender melhor e encontrar repostas as divergências neste processo complexo, complexo por não se ter ainda uma definição do que de fato é a inclusão e como se dá esta inclusão. Um desafio de todos que já se moldam através da preocupação em fazer e desenvolver esta inclusão mesmo de forma ainda desorientada ou talvez possam dizer apressada demais para apenas apresentar estatísticas de inclusão e não do ponto de vista educacional, tornando se indispensável uma reforma neste processo educacional no Brasil.

## **PARTE II – ESTUDO EMPIRICO**

## CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Para tornar a pesquisa significativa e concreta sobre a “Importância da equipe pedagógica que atua com a criança autista”, optou-se em analisar a atuação, formação, as dificuldades e as várias situações vulneráveis que o profissional encontra diante do autismo, pelas quais passam os profissionais da equipe pedagógica do Centro de Referência em Inclusão Educacional. Dessa forma, utilizou-se de abordagens quantitativas e qualitativas, além de técnicas de coletas de informações, através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

Demo (1997, p. 55) argumenta que;

[...] mais do que os avanços que a LDB/trouxe e dos benefícios que o país usufruiu, usufrui e usufruirá, o importante é compreendermos que por trás desse processo existe um grave problema estrutural que prejudica nosso desenvolvimento enquanto nação, pois “a nova lei, infelizmente, confirma: nosso maior atraso histórico não está na economia, reconhecida como já importante no mundo, mas na educação. Ou resolvemos isso, ou ficaremos para trás. O resgate completo do professor básico é a premissa primeira.

Partindo agora da formação para o exercício da profissão, percebe-se algumas lacunas na formação destes profissionais, tornando-se um desafio neste processo de interação e inclusão da pessoa com deficiência em sala de aula, necessitando e reformulando a dinâmica das atividades no contexto escolar. Levando-nos a refletir ainda, a incessante busca por repostas para pontos que poderiam melhorar este processo de inclusão como a melhor formação do profissional, as condições para desenvolver o processo ensino aprendizagem, o melhor esclarecimento sobre o processo de inclusão na educação especial, maior estudo sobre a síndrome do autismo.

Não basta garantir escola para todos, isso não seria suficiente para que a educação – comprometida como processo de desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais e morais da criança e do ser humano, visando à sua melhor integração individual e social – fosse assegurada (Prieto, 1997, p. 57).

## 3.2 LÓCUS DA PESQUISA

### 3.2.1 Conhecendo melhor o CRIE

O Centro de Atendimento Educacional Especializado surgiu da necessidade de um movimento de idealização e de construção que ocorreu como resposta as duas situações fundamentais, inicialmente pela matrícula crescente do aluno com deficiências nas escolas da rede municipal e posteriormente pelas exigências das disposições legais, que determinam aos sistemas de ensino viabilizar suporte técnico e pedagógico ao processo de inclusão escolar.

Diante destas necessidades e do cenário educacional internacional e nacional, no que se refere às políticas públicas destinadas aos direitos das pessoas com deficiência, para que as propostas nos documentos educacionais pudessem acontecer efetivamente.

Assim a Secretária Municipal de Educação (SEMEC) por meio de estudos e pesquisas propôs a criação do centro de atendimento aos alunos com deficiência, assim sendo foi criado o centro educacional especializado Gabriel Lima Mendes que passou a funcionar no dia 25 de janeiro de 2007, com o intuito de se tornar referencia na oferta do serviço, tendo como princípio pedagógico, ações que dão destaque a singularidade da aprendizagem escolar no âmbito da educação inclusiva, com a produção de atividades multifuncionais e implementação de projetos específicos, previstos para atender as diversas crianças que apresentam uma deficiência, encontradas no interior da escola.

O CRIE, portanto, surge como um espaço de pesquisa e de atendimento educacional especializado, que cumpri a função do desenvolvimento humano, centrados nas potencialidades de cada ser humano, com trabalho desenvolvido por uma equipe pedagógica, neste sentido as ações realizadas neste centro chamou minha atenção o que me trouxe curiosidade para saber a importância da equipe pedagógica que atua com a criança autista. E deste ponto de partida iremos trazer aqui sua atuação. Todas as informações aqui apresentadas foram pesquisadas do Relatório Anual de Gestão do Município de Belém da Secretária Municipal de Educação do Ano de 2014, onde sua execução é para o ano de 2015.

Atualmente a rede municipal de Educação de Belém dispõe de 72 escolas e 35 Unidades de Educação Infantil (UEI), além de diversas Unidades Pedagógicas (UP). O CRIE possui hoje 41(quarenta e uma) salas de recursos Multifuncionais (SRM) distribuídas em



todos os distritos de Belém para o atendimento Educacional especializado.

Com o objetivo de atender as crianças da educação especial matriculas na rede regular de ensino, nos diferentes níveis de escolarização como a educação básica abrangendo a educação infantil na valorização da diversidade dos alunos, favorecendo determinados tipos de interação sociais, além de optar por práticas heterogenias e de inclusão.

O CRIE está vinculado à SEMEC, que realiza um trabalho de suporte especializado, sob a perspectiva da educação inclusiva, voltada aos alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo d natureza física, intelectual, mental ou sensorial, mas nosso estudo de pesquisa aqui apresentado é sobre a síndrome do autismo. Então vamos a ele.

Atendimento especializado de ensino é realizado, prioritariamente, na sala de recursos Multifuncionais – SEM da própria escola ou em outra escola de ensino regular no turno inverso da escolarização do aluno, não sendo substitutivo às classes comuns. Os atendimentos contam com o apoio e atuação de professores e outros profissionais que atuam nas escolas e que fizeram parte desta pesquisa.

Com a perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passou a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com a síndrome do autismo. Direcionando suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos ao processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de rede de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

O planejamento das atividades ocorre sempre no início do ano letivo, através de reuniões de trabalho, para o planejamento das ações anuais, e neste sentido para atender a demanda das escolas e das particularidades de cada aluno, o CRIE está configurado em núcleos como apresentado acima.

Esta pesquisa o CRIE reafirma que a participação da criança com deficiência na escola é um direito, que depende de vários aspectos, dentre eles, podemos citar um que é a articulação dos profissionais que trabalham no CRIE sua formações e habilidades para o enfrentamento de diferentes desafios trazidos pela prática cotidiana da aprendizagem. Assim conhecendo este trabalho saímos na busca de saber destes profissionais a importância da equipe pedagógica que atua com a criança autista.

### 3.3 POPULAÇÃO/AMOSTRA DO ESTUDO

Participaram do estudo 4 assistentes sociais; 4 fisioterapeutas; 2 fonoaudiólogos; 98 professores pedagogos; 4 psicólogos; 4 psicopedagogos e 1 coordenador do Centro de Referência em Inclusão Educacional, todos apresentaram interesse em participar livremente do estudo.

O lócus da pesquisa possui uma população de aproximadamente 178 crianças autistas (cento e setenta e oito) alunos matriculados, que compreende as 41(quarenta e uma) escolas da rede pública municipal, as quais são atendidas pelo Centro de referência em inclusão educacional.

Os dados foram coletados através de instrumento bibliográficos, em uma segunda fase utilizou-se um questionário, respondido por 117(cento e dezessete) profissionais do centro de referência de inclusão educacional que atende escola da rede publica municipal.

As perguntas do instrumento de pesquisa se referem à atuação destes profissionais com a criança que apresenta a síndrome do autismo, passando pelos questionamentos de formação destes profissionais, conhecimento que eles possuem sobre autismo e sua atuação direta com estas crianças.

Após os procedimentos que deram origem a construção do questionário, foi selecionada a população alvo, o passo a seguir foi à apresentação do questionário ao grupo pesquisado.

Todos os profissionais que compõem a equipe pedagógica do Centro de Referência em Inclusão Educacional participaram do estudo com o objetivo de contribuir com a pesquisa bem como colaborar com a discussão sobre o assunto.

A estratégia inicial foi conversar com os profissionais, apresentando a proposta da pesquisa e solicitando que participassem de forma livre e espontânea. Os profissionais atenderam imediatamente a solicitação e se prontificaram em responder com clareza o questionário.

Após o compromisso assumido pelos profissionais foi possível observar que o resultado do questionário retratou muito bem a realidade vivida pelos profissionais que atuam com a pessoa com deficiência especialmente com a criança autista.

Os dados finais foram analisados inicialmente com a tabulação de cada questionamento. E posteriormente foram computados os dados por formação profissional e finalmente os dados foram analisados pelo conjunto de profissionais que atuam com a criança autista, dando um resultado geral das respostas.

### 3.4 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Observou-se que o tema pesquisado a importância da equipe pedagógica que atua com a criança autista trouxe curiosidade aos profissionais do CRIE, bem como apresentaram motivação em participar da pesquisa através do questionário, pois segundo eles todo estudo e pesquisa nesta área é bem vinda.

Mesmo não sendo um período muito propício, por causa da elaboração de um novo calendário para repor o atraso das aulas devido à greve de 2014 e uma reforma no centro para atender melhor sua clientela, os profissionais, se comprometeram em participar livremente da pesquisa.

A estratégia de abordagem utilizada teve início com a explicação antecipada dos objetivos da pesquisa e apresentação do questionário aos profissionais. Sempre sob a orientação da coordenadora do CRIE.

Ressalta-se que a aplicação do questionário de pesquisa atendeu às normas da resolução 196/96. Na realização da pesquisa, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que foi assinado por todos os participantes no momento da entrega do questionário.

## **PARTE III- APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

## **CAPITULO 4- RESULTADO DA PESQUISA**

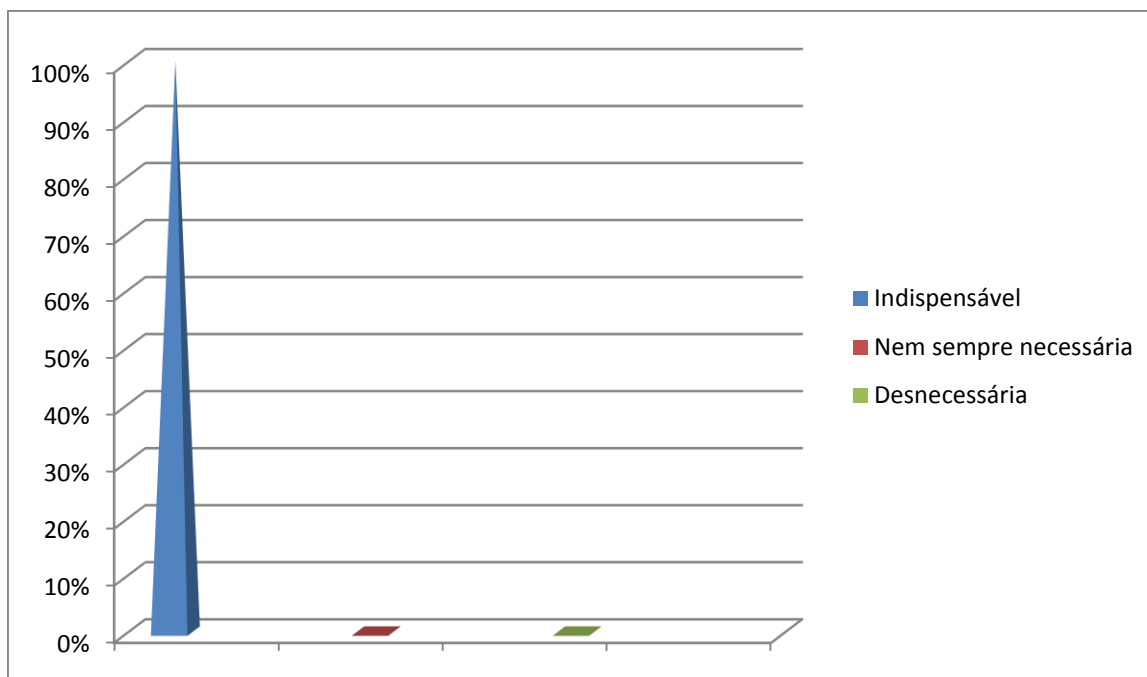
### **4.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

A análise e interpretação dos dados desta pesquisa foram realizadas visando atender aos objetivos elencados no texto introdutório e, também, para confrontar os dados com a finalidade de responder às perguntas que originaram o presente estudo. E para, finalmente, o investigador sintetizar os resultados obtidos com a pesquisa e elaborar suas conclusões. Esta etapa se constituiu na realização da análise das respostas assinaladas por múltipla escolha e respostas discursivas, possibilitando ao pesquisador responder a questão do estudo. Pois, “não basta apenas socializar conhecimento. É mister saber reconstruí-lo com mão própria”, já afirmava, Maciel (2001).

Para Baumel & Ribeiro (2003), a formação é um fator preponderante para a qualidade dos serviços educacionais para pessoas com deficiência. E, portanto deve ser parte integrante dos planos nacionais, os quais contemplam os requisitos para essa formação

A pesquisa foi realizada no período de fevereiro e março de 2015 com profissionais do CRIE, localizada na cidade de Belém. Os dados foram coletados por meio de pesquisa quantitativa, com perguntas fechadas e abertas formuladas a partir do objetivo geral e dos objetivos específicos, que se entrelaçam entre a justificativa e o referencial teórico, cujos resultados esclarecem o cenário da formação de professores e sua atuação com a criança autista no contexto da educação especial. A seguir explanam-se os resultados acerca da pesquisa realizada. Pois, para Alencar (2001, p.100);

Educar é ensinar a olhar para fora e para dentro, superando o divorcio, típico da nossa sociedade, entre objetividade e subjetividade. É aprender além: saber que é tão verdade que a menor distância entre dois pontos é uma linha reta quando que o que reduz a distância entre dois seres humanos é o riso e a lágrima.



**Gráfico 1- Número de respostas sobre o questionamento que identifica o conhecimento da equipe pedagógica sobre a Importância da Equipe Pedagógica na atuação com a criança Autista.**  
Fonte: Pesquisa direta (2015)

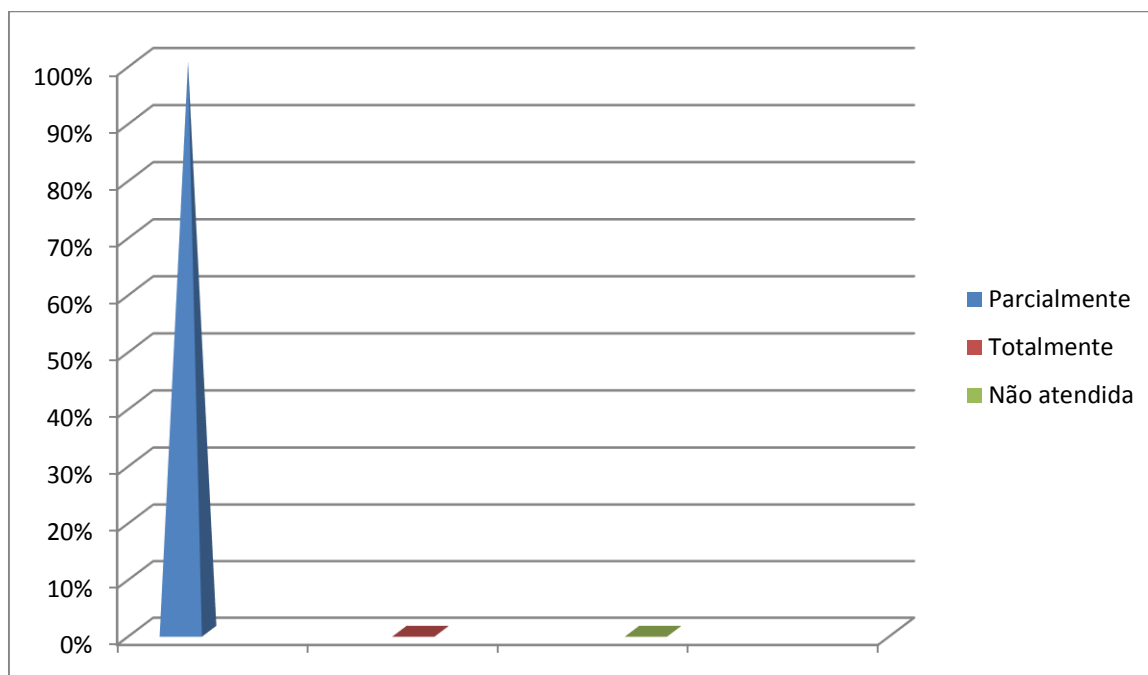
Os profissionais responderam nesta questão que reconhecem a importância da equipe pedagógica dentro do contexto escolar, e utilizaram se do termo “colaborador” para explicar o que seria a participação destes profissionais dentro da equipe pedagógica, aquele que auxilia e permiti fazer exercer as atividades direcionadas a pessoa com deficiência, o resultado de pesquisa apontou ainda que os profissionais da área de assistência social do referido CRIE não possui um conhecimento sobre a importância da equipe pedagógica, pois os Assistentes sociais pesquisados deixaram a questão em branco e quando questionados, sobre o por quer de não responderem a questão, foram unanimes em afirmar não saber desta importância na atuação com a criança autista, e preferirão não responder a questão para não omitir opinião que discorde dos demais profissionais, mais fico claro o não conhecimento destes profissionais com relação a prática pedagógica realizada na instituição.

Segundo Mittler & Mittler (2000), a tarefa do professor não é tão difícil quanto pode parecer, pois a maioria dos professores já tem muito do conhecimento e das habilidades que eles precisam para ensinar de forma inclusiva. O que lhes falta é confiança em sua própria competência.

Quando questionados da atuação da equipe pedagógica com a criança autista, a

dúvida dos profissionais da área de assistência social manteve-se a mesma, que é não ter conhecimento desta atuação, apontando uma necessidade de uma melhor qualificação destes profissionais no contexto educacional para estarem atuando dentro de uma equipe pedagógica.

No caso dos demais profissionais o conhecimento sobre o assunto baseia-se nos materiais didáticos e bibliográficos existentes hoje, seguindo um planejamento de atividades definidas em discussões em grupo, composta pelos profissionais do CRIE e sua coordenação.



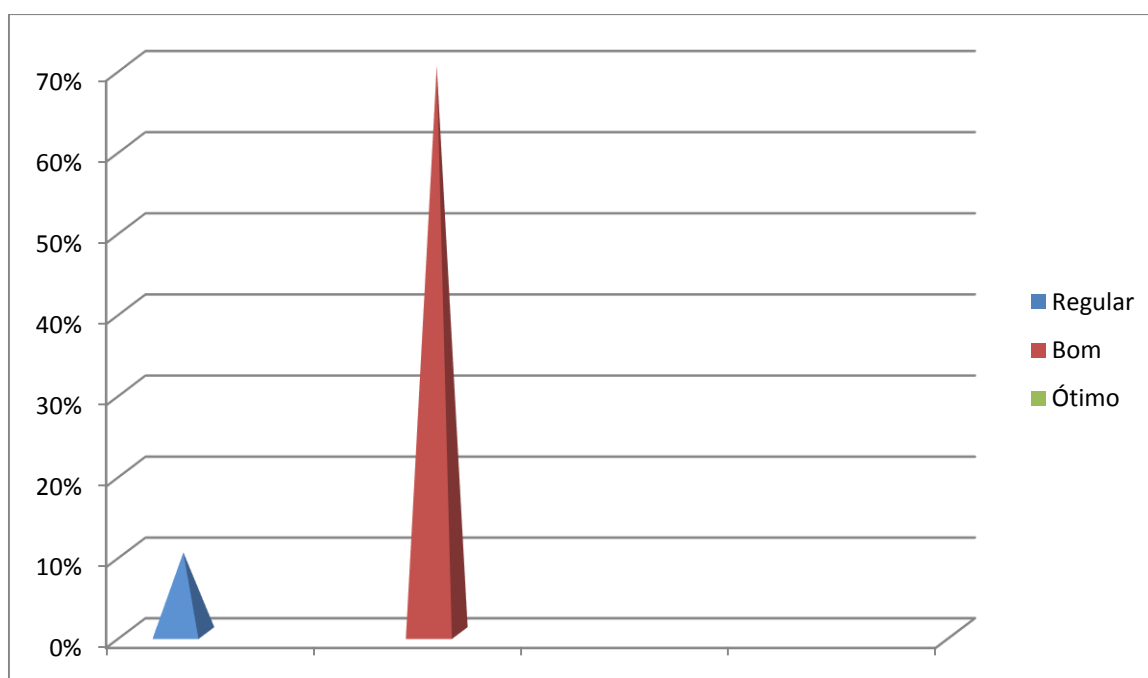
**Gráfico 2- A criança autista é atendida em sua necessidade de aprendizagem**

Fonte: Pesquisa direta

As crianças com autismo precisam de constante auxílio, e sua rotina diária deve ser sempre bem estruturada, pois qualquer mudança pode alterar seu comportamento. Durante as atividades, muitas das vezes não demonstrando interesse, e sabendo que a criança com autismo não se adapta ao mundo externo, é preciso que a escola tenha uma rotina estruturada, para que ele se situe no espaço e no tempo. E como a realidade da educação especial na rede municipal de ensino através do CRIE não é completamente estruturada conforme a necessidade da criança autista e sim planejada para atender uma demanda de crianças oriunda de várias escolas e que apresentam uma diversidade de deficiência, os professores responderam em sua maioria que a educação especial hoje em Belém atende parcialmente a

criança autista em sala de aula, prejudicando seu processo ensino aprendizagem e confirmando o que já foi ressaltado neste estudo de pesquisa que é as lacunas deixadas tanto pela formação destes profissionais, bem como a deficiência estrutural da instituição para atender a criança com autismo.

Piauilino (2008), não concorda com esta forma de inclusão apresentada hoje no Brasil, onde o desenvolvimento social e educacional fica em segundo plano para a pessoa com deficiência, ele afirma que a inclusão da pessoa com deficiência deva ser realizada de modo criterioso e bem orientada e que deve variar de acordo com as possibilidades individuais de cada indivíduo, o que não ocorrer nos dias atuais.



**Gráfico 3- Qual o nível de contribuição de sua formação para atuação educacional com a criança Autista.**  
Fonte: Pesquisa direta (2015)

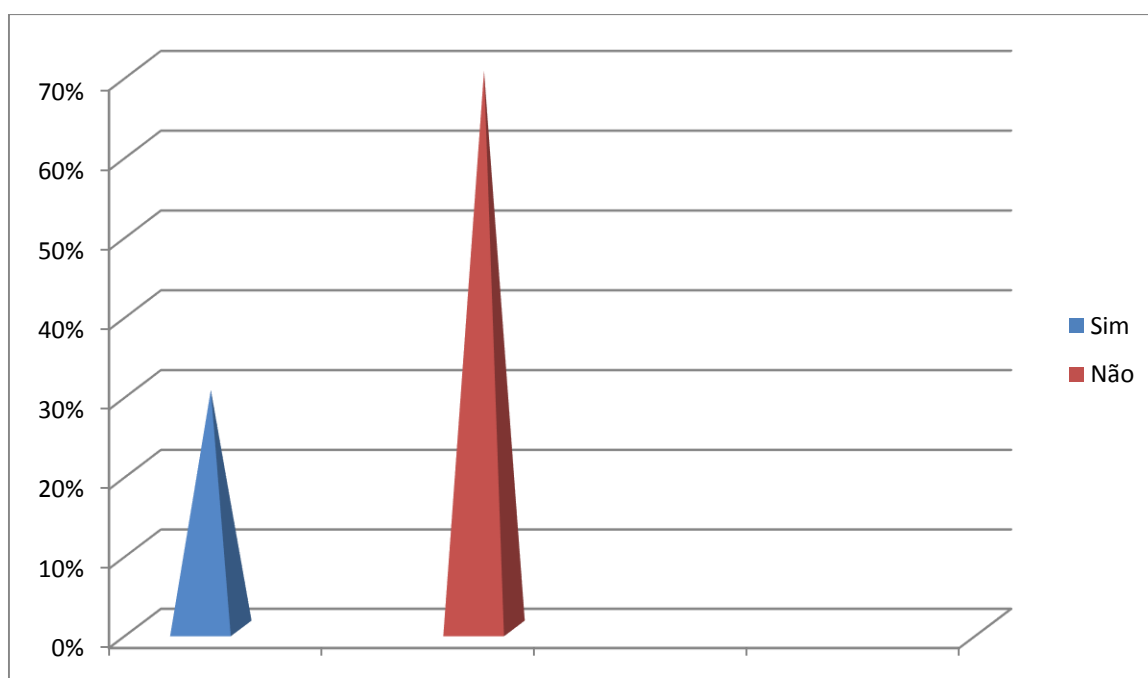
Cunha (1995) afirma que a formação do educador é um processo acontecendo no interior das condições históricas em que eles mesmo vive. Faz parte de uma realidade que não é definida e sim uma realidade construída no cotidiano, por isto exige uma reflexão permanente de sua caminhada, somente assim o educando pode fazer avançar o seu fazer pedagógico.

No resultado da pesquisa através do questionário, os profissionais que atuam com a



criança autista apontam lacunas referentes a sua formação, pois muito do que se vive hoje em sala de aula e na sua prática diária não é repassado no período de sua formação, o que exige destes profissionais uma formação continuada e específica sobre o assunto, e que é o dia dia de sua prática em sala de aula e no convívio com a equipe pedagógica que é possível construir um conhecimento sobre o assunto e discutir a realidade da equipe pedagógica e sua atuação com a criança autista.

Pois, o questionário apontou ainda que o professor é um intermediário para o aluno em suas aprendizagens e em seu desenvolvimento, pois participa de uma boa parte do tempo da construção de seus conhecimentos e isto também é afirmado por Marcovitch. (2001)



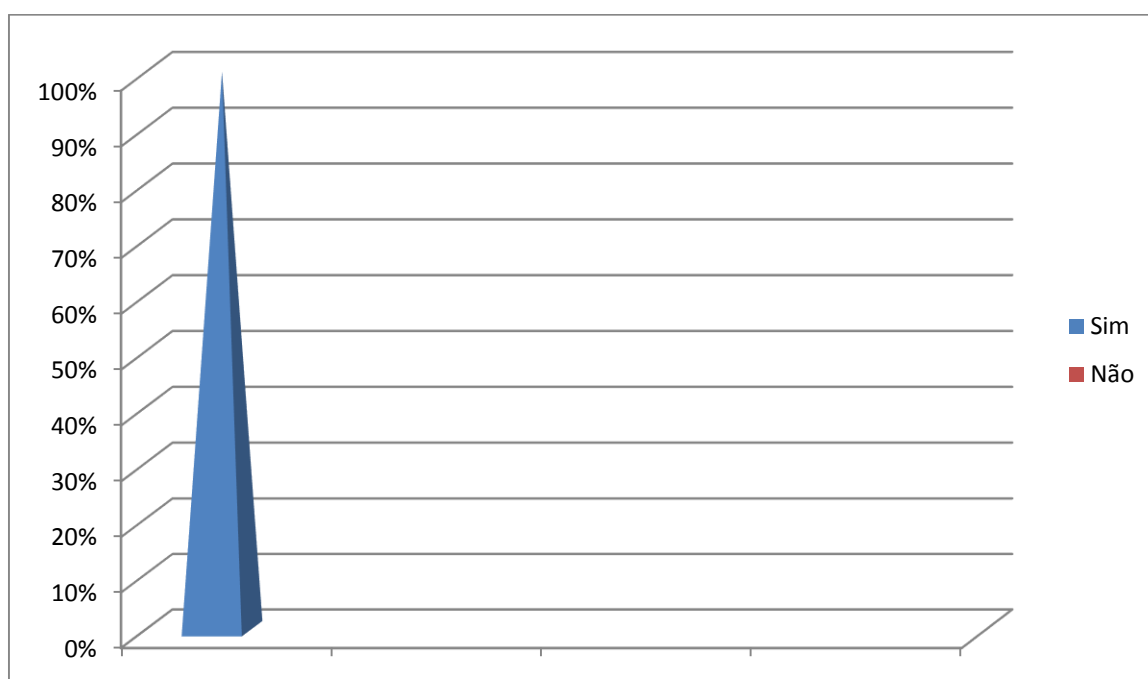
**Gráfico 4- Contradições entre a prática e a teoria pedagógica: influencia diretamente na atividade educacional**

Fonte: Pesquisa direta (2015)

Um ponto complexo desta abordagem, pois a grande maioria apontou que a prática educacional que é construída no decorrer da realização de suas atividades educacionais, requer um auxílio, isto é mais um professor em sala, para que a atividade direcione a pessoa com autismo tenha um acompanhamento mais direcionado e orientado, as respostas unânimes apontam então uma deficiência no quadro de profissionais, pois em sua totalidade nas salas de aula da rede publica municipal o professor desenvolve suas atividades de forma solitária com

a pessoa com deficiência, o que para eles, este trabalho solitário dificulta a realização das atividades e prejudica o desenvolvimento da aprendizagem.

Neste sentido Vasconcelos (1997) aponta que a educação de qualidade não apenas é vista como um somatório de competências e técnicas, ela é um modo de vida, um compromisso que envolve o educador e quando este educador não possui um suporte para sua atuação como no caso um quadro de profissionais reduzido como apontado no resultado da pesquisa a qualidade deste ensino fica prejudicada.



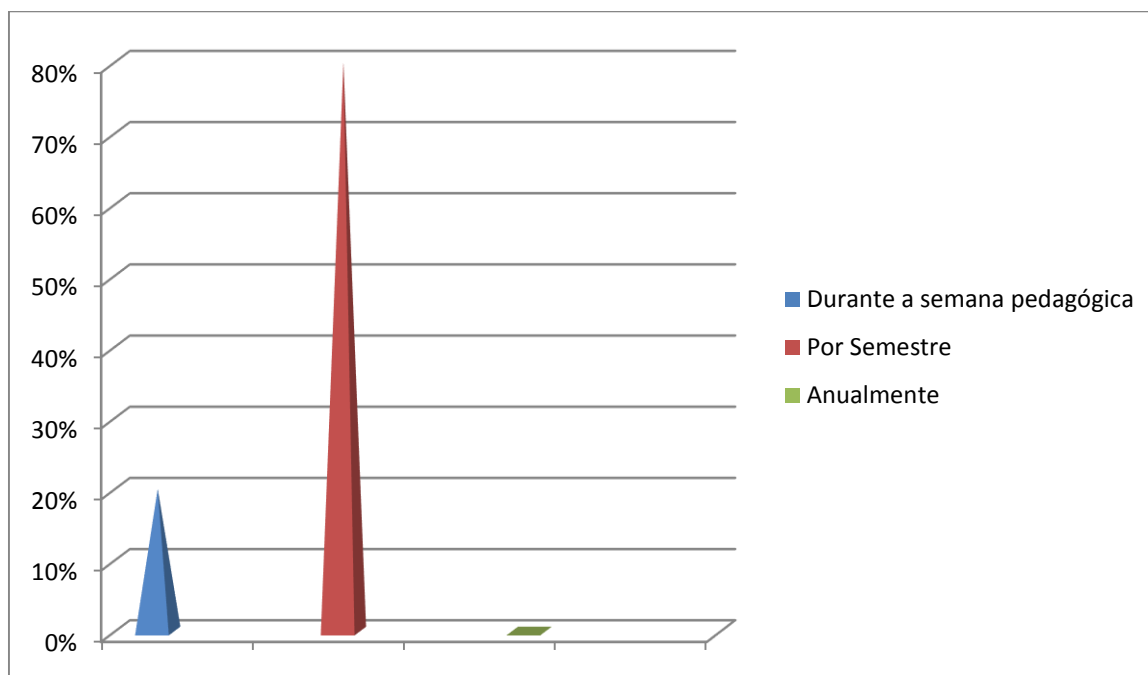
**Gráfico 5- As experiências educacionais influenciam na prática em sala de aula**  
Fonte: Pesquisa direta (2015)

A pesquisa apontou uma grande ligação das experiências destes profissionais e sua prática com a educação especial e a criança autista, isto é atividades são desenvolvidas baseadas em resultados bem sucedidos de atividades desenvolvidas com as demais crianças não deficientes, para estes profissionais pesquisados muito se afirmou que o que deu certo com uma criança poderá dá certo com as demais crianças, independente de apresentarem uma síndrome ou deficiência.

Neste contexto Rego (2002), ressalta que não é qualquer escola nem qualquer prática

pedagógica que proporcionará ao indivíduo a possibilidade de desenvolver o processo ensino aprendizagem, e sim a qualidade do ensino realizado.

Para Vygotsky, como destaca Fontana (2000) o ensino só é efetivo quando se adianta ao desenvolvimento, exigindo qualidade no trabalho pedagógico necessariamente associado à capacidade de produção do desenvolvimento do aluno. O que aponta uma deficiência na aplicação das experiências destes profissionais na sua prática diária com a criança autista.



**Gráfico 6- Como é feito o Planejamento das atividades**

Fonte: Pesquisa direta (2015)

Nas atividades desenvolvidas pelos profissionais com a criança autista, o resultado manteve-se igual ao questionamento anterior, os profissionais desenvolvem suas atividades baseados em livros e práticas pedagógicas retiradas de um acervo bibliográfico sobre o assunto, bem como os assistentes sociais mantiveram a mesma linha de resposta em afirmar não ter conhecimento sobre a atividade pedagógica direcionada à criança com autismo o que aponta e se confirma uma lacuna na formação destes profissionais.

Quanto a formação da equipe, há uma exigência para fazer parte deste trabalho, os resultados foram unânimes em descrever que é exigido uma formação acadêmica, bem como em alguns casos especialização na área da educação especial para esta atuação, mais no que se

refere ao conhecimento e experiência com o autismo as respostas em sua maioria destacou ter pouco conhecimento sobre o assunto e pouca experiência para atuar com a criança autista apresentando inúmeras dúvidas sobre a síndrome principalmente no contexto da comunicação e interação com a criança autista em sala de aula.

Portanto apesar da formação e especialização destes profissionais na área da Educação Especial, em sua maioria apresentou uma complexidade no entendimento sobre a atuação da equipe pedagógica e sua importância dentro do contexto educacional especial, bem como a falta de conhecimento mais abrangente para atuar com a criança autista, como já aponta a pesquisa bibliográfica uma necessidade de maior clareza sobre a síndrome, pois as lacunas deixas do o que é realmente o autismo, seu diagnostico, tratamento e acompanhamento, deixa os profissionais da área inseguros no desenvolvimento de suas atividades profissionais.

Apontando ai a necessidade da formação continua e um planejamento conjunto dos trabalhos desenvolvidos pela equipe pedagógica no contexto educacional especial.

O questionário de pesquisa apontou grandes lacunas e falhas tanto na formação destes profissionais bem como sua prática diária com a criança autista, exigindo uma melhor formação, qualificação de suas atividades e elaboração de sua prática pedagógica, bem como uma formação continuada, as dúvidas sobre a síndrome e a não formação adequada para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, limita a inclusão desta pessoa com deficiência no contexto escolar.

## CONCLUSÃO

Tendo como objetivo geral desta pesquisa analisar a importância da equipe pedagógica na atuação com a criança autista. O trabalho de pesquisa não foi alcançado em sua totalidade, devido ao vasto acervo existente sobre o assunto para esta pesquisa bibliográfica. Mas foi possível fazer um levantamento de autores que mais discutiram o tema no decorrer de toda a história sobre a educação especial e a síndrome do autismo.

A educação especial é um assunto hoje amplamente discutido e foco de muitos estudos o que facilitou na escolha do tema e do Centro de Referência em Inclusão Educacional que atende crianças com deficiência. O que consequentemente contribuiu para a conclusão do trabalho.

Neste estudo se observou a necessidade de uma análise e um aprofundamento maior sobre o tema o que apontou ainda a necessidade de uma investigação sobre a formação dos profissionais que atuam na educação especial, bem como se observou a necessidade de adotar medidas para a construção de um currículo, e uma conceituação do que é educação especial no Brasil, para que se possa de fato tornar possível o processo de ensino aprendizagem uma realidade para a pessoa com deficiência.

Quanto à forma encontrada para os profissionais atuarem com a criança autista, a pesquisa realizada com os diversos profissionais que atuam com a pessoa com deficiência no Centro de Referência em Inclusão Educacional que atende a demanda das escolas municipais da rede pública considerou-se que um bom planejamento e boa formação da equipe pedagógica para realização do trabalho com a pessoa com deficiência, além de sensibilidade destes profissionais para entender o porquê dos comportamentos diferenciados da pessoa com deficiência no caso da pessoa com a síndrome do autismo, facilitam o trabalho e a atuação em sala de aula e dentro do contexto escolar, mas não é o suficiente para a complexidade da atuação destes profissionais diante do autismo.

No centro que atende a demanda das escolas municipais de Belém, a pesquisa indicou que a melhor forma para atuar com a criança autista, é a elaboração de planejamentos e estudo constante sobre autismo, envolvendo toda a equipe pedagógica.

No centro CRIE, a pesquisa indicou ainda que a melhor forma desta atuação com a pessoa com deficiência é a elaboração de projetos sobre as práticas pedagógicas envolvendo todos os profissionais. Portanto neste sentido, surge necessidade de uma maior clareza e

estudo sobre o autismo para que se possa então desenvolver um trabalho mais abrangente que atenda a todas as necessidades da pessoa com deficiência que tenha autismo.

As equipes pesquisadas no Centro de Referência em Inclusão Educacional atende a demanda do município de Belém no estado do Pará, onde presenciaram um percentual de mais de 90% de atendimentos desenvolvidos na instituição desde que ela foi criada para atender a pessoa com deficiência.

Apesar da boa qualificação dos profissionais que atuam com a pessoa com deficiência que possui a síndrome do autismo, em sua maioria afirmaram ter dificuldade para desempenhar suas funções de forma satisfatória atendendo todas as necessidades da criança autista, com isto, observou-se a real importância destes profissionais participarem da formação continuada bem como necessita de avanços urgentes para uma maior clareza sobre o autismo, pois apesar de inúmeros estudos sobre o assunto ainda não se tem definido sua conceituação, tratamento e trabalho educacional eficaz para o seu desenvolvimento no processo ensino aprendizagem bem como em sua vida social.

Repensar estratégias com toda a equipe pedagógica, que possibilitem atividades educativas e de extraclasse, de lazer, em ambientes climatizados e saudáveis, a fim de que os alunos com autismo se envolvam em estudos atrativos e significativos, que propicie o convívio humano e social para melhorar ou minimizar sua dificuldade de interação.

O governo deve cumprir a obrigação de disponibilizar uma formação mais abrangente para os profissionais que atuam com a pessoa com deficiência, oportunizar maior qualificação, ambiente adequado e estruturado para estes atendimentos educacionais, e motivar estes profissionais a uma formação continuada.

Com estas iniciativas é possível sonhar com uma educação especial que transforme em realidade o que diz a lei de diretrizes e base da educação, e não somente adaptações na educação que acabam excluindo em vez de incluído o cidadão que precisa de uma educação especial.

## REFERÊNCIAS

- Alonso, Tapia, J. & Fita, E. C. (1999). **A motivação em sala de aula: o que é e como se faz.** São Paulo: Loyola.
- Alencar, Chico; Gentili, Pablo. (2001). **Educar as esperanças em tempos de desencanto.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- Alves, G. L. (2001). **A produção da escola pública contemporânea.** Campo Grande: Editora UFMS; São Paulo: Autores Associados.
- Alves, R. & Dimenstein, G. (2003). **Fomos maus alunos.** São Paulo: Papirus.
- Amoras, F. C. (2009). **Giroux e a democracia na escola.** São Paulo: P@rtes.. Acedido a 19 dez. 2012, em: <<http://www.partes.com.br/educacao/iniciacaocientifica.asp>>
- Aranha, M. L. A., (1989). **Historia da Educação.** São Paulo: Editora Moderna.
- Aranha, M. S. F. (2005). **Projeto Escola Viva:** garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos, Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- Arruda, E. E. (2001). **Expansão escolar garante ocupação.** In: I Jornada Científica do Centro -Oeste de economia e administração, I. Campo Grande. Anais... Campo Grande: UFMS.
- ASA – Autism Society of América. Autism. (1999). Departamento f Health and Human Services. Public Health Service National Institutes of Health. U. S.
- Baptista, Cláudio Roberto. (2002). **Autismo e Educação.** Porto Alegre: Artmed.

Baptista, Cláudio Roberto & Bosa, Cleonice. (2002). **Autismo e Educação**. Porto Alegre: Artmed.

Bobbio, Norberto. (1992). **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus.

Bosa, Cleonice & Callas, Maria. (2000). **Autismo**: breve revisão de diferentes abordagens. *Psicol. Reflex. Crit.* V. 13 N. 1 Porto Alegre. Acedido a 13 Març. 2015, em: [http://www.scielo.br/sielo.php?oud=s010279722000000100017.&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/sielo.php?oud=s010279722000000100017.&script=sci_abstract&tlng=pt)

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Acedido a 18 Julh 2012, em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).

Brasil. (1999). **Decreto n. 3.276, de 06.12.1999**. Dispõe sobre a formação de professores em nível superior para atuar na educação básica, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília: Gráfica do Senado. Acedido a 2 Març. 2014, em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24&lng=es&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24&lng=es&nrm=iso&tlng=pt)

Brasil. (1971). **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Acedido a 11 Nov 2012, em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm).

Brasil. (1982). **Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982**. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Acedido a 27 Nov. 2012, em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-norma-pl.html>.

Brasil. (1996). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acedido a 18 Set. 2012, em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).

Brasil. (1996). **Parâmetros Curriculares Nacionais - 5ª a 8ª séries**. Brasília: MEC.



Braverman, H. (1981). **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. Ed, Rio de Janeiro: Zahar Editora.

Bueno, J. G. S. (2001). **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores**: generalistas ou especialistas? Acedido a 10 Março 2015, em: <http://www.educacaoonline.pro.br>.

Carvalho, R. E. (2001). **Inclusão Escolar**: desafios. In: Seminário Internacional Sociedade Inclusiva. Belo Horizonte (1999). Anais. Minas Gerais: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Cunha, B. B. B. (1988). **A Classes de Educação Especial para Deficientes Mentais: Interação e Realidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Cunha, M.I. (1995). **O bom professor e sua prática**. 5 ed. Campinas, SP: Papyrus.

Correia, P. (2011). **Formação de professores**: caminho na formação docente São Paulo: Ciência Moderna.

Cuberes, M. T. G. (1997). **Educação infantil e séries iniciais**: articulação para a alfabetização. Porto Alegre: Artmed.

Demo, P. (2008). **Aprender Bem / Mal**. Autores Associados, Campinas (no selo).

Castanho, Dolores. (2008). **Aspectos**: letras artes ciência. Vol. 2.1938. Universidade do Texas.

Castro, Adriano Monteiro et al. (2003). **Educação Especial**: do querer ao fazer. In: Sprovieri, Maria Luisa Ribeiro, Baumel, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Orgs). São Paulo: Avercamp.

Castro, M. A. C. D. (1995). **O professor iniciante**: acertos e desacertos. Dissertação de Mestrado em Educação. 120 fls. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Ferraço, C. E. (2010). **Cotidiano escolar**: formação de professores e currículo. São Paulo: Cortez.

Ferrari, Pierre. (2007). **Autismo infantil**: o que é e como tratar. (tradução Marcelo Dias Almada). São Paulo: Paulinas (Coleção caminhos da psicologia).

Ferreira, L.L. (1992). Apresentação. In: **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. São Paulo, Cortez, p.9-10.

Ferreira, Windz. B.(2005). Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? **Revista da Educação Especial**, out, nº 40.

Ferreiro, E. (2002). A representação da linguagem e o processo de alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 52, p. 7-17, fev.

Ferreiro, E. (2002). A representação da linguagem e o processo de alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 52, p. 7-17, fev.

Fontana, R. A. C. (2000). **Como nos tornamos professoras?** Belo Horizonte: Autêntica.

Fonseca, L. M. (1998). História da Formação de Professores. In: **Revista Brasileira de Educação**. Associação Nacional de Pós-Graduação, n. 14, mai./ago.

Freire, I. R. (1997). **Raízes psicológicas**. Petrópolis: Vozes.

Freire, P. (1996). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2001) **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes.

Freire, Paulo (1979). Terceiro Mundo e Teologia Carta a um Jovem Teólogo. In: Torres, Carlos Alberto. **Consciência e História: A Práxis Educativa de Paulo Freire**, São Paulo: Cortex & Moraes.

Gil, A. C. (2010). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas.

Gillberg, C. Inf. (1955). **Antile autism diagnosis and treatment**. Acta Psychiat. Scand., 1990.

Goffredo, Vera Lúcia Flor. Sénichal. (1999). **Educação: Direito de todos os brasileiros**. In: Salto para o Futuro: Educação Especial: Tendências atuais / Secretaria de Educação à Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED.

Goldenberg, M. (2007). **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record.

Goodman R, Scott S.(1997). **Child Psychiatry**. Oxford: Blackwell Science.

Guimarães, P. C. (2008). **Escola, educação e cultura**. São Paulo: Cortez.

Huertas, J. A.(2001). **Motivación – Querer aprender**. Buenos Aires: Aique, 2001.

Imbernón, F. (2000). **Formação docente e profissional: formar-se para mudança e a incerteza**. São Paulo, Cortez.

Imbernón, F. (2000). **Formação docente e profissional: forma-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo, Cortez.

Imbernón, Francisco. (2009). **Formação permanente do professorado: novas tendências**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez.

Jesus, Denise Meyrelles de; Baptista, Claudio Roberto; Barreto, Maria Aparecida Corrêa; Santos, Sonia Lopes Victor. (2009). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. (2. ed. atual. Ortog). Porto Alegre: Mediação.

Jannuzzi, G. (1992). **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editores Associados.

Jannuzzi, Gilberta de Martinho. (2004). **A Educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas Coleção. Educação Contemporânea. Autores Associados.

Jannuzzi, Gilberta. (2004). **A história da educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados.

Kanner & Eisenberg. (1990). **Notes on the follow-up studies of autistic children**. Psychopathology of Childhood, 1955. antile autism diagnosis and treatment. Acta Psychiat. Scand.

Kanner, L. (1943). **Affective disturbances of affective contact**. Nervous Child.

Kassar, M. (1995). **Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais**. Campinas: Papirus.

Lelièvre, C. (2011). Lês changements du système éducatif. In: Hengemuhle, A. **Formação de professores**: da função de ensinar ao resgate da educação Petrópolis – RJ: Vozes.

Libâneo, J.C. (1998). **Democratização da escola pública**. 2. ed. São Paulo: Loyola.

Machado, A. R.; Lousada, E.; Abreu-tardelli, L. S. (Coord.). (2005). **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola.

Mantoan, M.T.E. (1998). **Escola aberta à diversidade**: Uma questão de gestão e organização do sistema de ensino. Anais do II Congresso Iberoamericano de Educação Especial. Foz do Iguaçu, PR.

Mantovanini, M.C. (2009). **Professores e alunos problema**: um círculo vicioso. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Mantoan, Marta Teresa Egler (2001). **Caminhos pedagógicos da inclusão**: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo: Memnon.

Mattos, N. D.( 2004). **Cidadania, deficiência e política educacional no estado de Sergipe: 1979-2001**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP.

Marcelo, C. (2009). Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. **Sísifo-revista de ciências da educação**.

Marconi, M.A & Lakatos, E. M. &. (2009). **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Marcovitch, J. (2001). A educação como promotora da paz: desafios e perspectivas. In: Araújo, V. C. (org). **Tecendo diálogos, construindo pontes**: a educação como artífice de paz. Vargem Grande Paulista/SP: Editora Cidade Nova.

Mazzotta, J. S. (1996). **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortêz.

Mazzotta, M. V. S. (1990). História da Educação Especial no Brasil. **Temas em Educação Especial**. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, vol. 1.

Mesquita, N. (2002). **Educação Especial no Brasil dos anos 1990**: um esboço de política pública no contexto da reforma do Estado. Anped. Acedido a 12 fev 2015, em: <http://189.1.169.50/reunioes/27/gt15/p151.pdf>

Michels, M. H. (2002). Caminhos da exclusão: a política para a educação e a educação especial nos anos de 1990. Ponto de Vista . **Revista de educação e processos inclusivos**. Florianópolis, vol. núm. 3-4, pp.73-86.

Mittler, P. A. & Mittler, P.A (2000). **Training for inclusion**. Canadian Exceptionality (no prelo).

Mizukami, M. G. N. et al. (2002). **Escola e aprendizagem da docência**: processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar.

Morin, E. (2000). **Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du future**. Paris: Seuil.

Morin. E. (2002). **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Córtext.

Nóvoa, A. (1992). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote.

Orrú, Sílvia Ester. (2009). **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak.

Padilha, S. (2002). A trajetória profissional de Stefânia, professora de Educação Infantil. Vitória Lúcia Barreto de Faria. **Revista Criança do Professor de Educação Infantil**, n. 36, jun. Brasília: SEF/MEC.

Palma, A.J. (1995). O que há por trás da expansão do estágio. In: **O Estado de São Paulo**. Caderno de Empregos, edição de 21 maio.

Pérez Gómez, A. (1998). Socialização e educação na época pós-moderna. In: Goikoetxea, Pierola, Y; Garcia Peña, J. (org.). **Ensaio de pedagogia crítica**. Madri: Popular.

Perrenoud, P. (2006). **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed.

Piauilino, Jozué Dias. (2008). **Educando pessoas com autismo para conviver em sociedade**. Araguaína: Santa Rita.

Pimenta, S. G. (2002). Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: Pimenta, S. G.; Guedin, E. (Org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez. p. 17-52.

Pimenta, S.G. (2011). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez.

Pimenta, Selma Garrido. (2002). **De professores, pesquisa e didática**. Campinas, Papirus.

Prieto, R. G. (1997). Educação para todos: reflexões sobre ao atendimento escolar dos portadores de deficiência. In: **Educação em foco**. Juiz de Fora. Editora UFJF, p. 57.

Rego, T. C. (2002). Configurações sociais e singulares: o impacto da escola na constituição dos sujeitos. In: Oliveira, M. K. de, Souza, D. T. R, Rego, T. C. (org). **psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna.

Rodrigues, Janine Marta Coelho. (2010). **A criança autista: um estudo psicopedagógico** / Janine Marta Coelho Rodrigues, Eric Spencer – Rio de Janeiro: Wak Editora.

Rodrigues, David (org.). (2006). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus.

Sacks, O. (1995). **Um antropólogo em Marte: Sete histórias paradoxais**. Trad. Bernardo Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras.

Sacristán, J.G. & Gomes, A.L.P. (2010). **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed.

Saviani, D. (1997). A filosofia da educação e o problema da inovação em educação. JR Garcia, Valter E. (coord.). **Inovação educacional no Brasil** – problemas e perspectivas. São Paulo, Cortez.

Schön, D. (1992). Formar professores como profissionais reflexivos. In: Nóvoa, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote.

Silva, C.N. & Rizzo, G.L. Ética, educação e contemporaneidade: subsídios para a formação de professores (2012). São Paulo: APPRIS.

Silva, S. (2002). Exclusão do público, inclusão do privado: a terceirização dos serviços na educação especial. Educação on-line. Acedido a 12 fev 2015, em: [http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&id=49:exclusao-do-publico-inclusao-do-privado-a-terceirizacao-dos-servicos-na-educacao-especial&catid=5:educacao-especial&Itemid=16](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&id=49:exclusao-do-publico-inclusao-do-privado-a-terceirizacao-dos-servicos-na-educacao-especial&catid=5:educacao-especial&Itemid=16).

Schwartz, Suzana. (2014). **Motivação para ensinar e aprender**: teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes.

Smith, Deborah Deutsch. (2008). **Introdução à educação especial**: ensinar em tempos de inclusão. Tradução Sandra Moreira de Carvalho. – 5. Ed. – Porto Alegre: Artmed.

Teixeira, Anísio Spínola. (1968). **Educação não é privilégio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Torres, I. & Corn, A. L. (1998). **Quando Houver Crianças Deficientes Visuais em sua sala de Aula**: Sugestões para Professores. Trad. Vicky A. Amadio. New York, American Foundation for the Blind.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília, Corde.

UNESCO (2004). Temário aberto sobre a educação inclusiva. **Materiales de apoyo para responsables de políticas educativas**. Santiago. Acedido a 12 fev 2015, em:



<http://nacoesunidas.org/inclusao-de-criancas-com-deficiencia-beneficia-toda-a-sociedade-aponta-relatorio-do-unicef/>.

Vasconcelos, T. M. S. (1997). **Ao redor da Mesa Grande**: a prática educativa de Ana. Tradução Ana Maria Chaves. Porto: Porto Editora.

Veiga, I.P.A. & Amaral, A.L. (org.). (2002). **Formação de professores**: políticas e debates. Campinas, SP: Papirus. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

Xavier, T.F.L. (2004). **Paulo Freire re-visitado por Henry Giroux: o pós-colonialismo e a educação na Amazônia**. XIII Seminário de Iniciação Científica. Pesquisa & Criação, n. 3. Porto Velho: PROPEX/EDUFRO.

Zeichner, K. M. (1993). Conceptions of reflective practice in teaching and teacher education. In: HARVARD, G.; HODKINSON, P. (org.). **Action and reflection in teacher education**. Norwood, N. J., Ablex.

Zeichner, K.M. (2007). **A formação reflexiva de professores**: ideias e práticas. Lisboa: EDUCA.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

aprendizado, 12, 20, 22, 23, 25, 26, 28, 33, 35, 44, 50, 51  
assistentes sociais, 6, 11, 25, 39, 48  
autismo, 6, 11, 12, 13, 23, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 40, 44, 46, 48, 49, 50, 51, 59

### C

Centro de Atendimento Educacional Especializado, 38  
criança autista, 6, 10, 11, 12, 29, 32, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 60, 64, 65, 66, 67, 68

### D

direitos do Autista, 34

### E

educação, 6, 8, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61  
educação escolar, 19  
Educação Especial, 8, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 23, 48, 52, 54, 55, 56, 57, 58  
educadores, 28, 31  
equipe pedagógica, 6, 10, 11, 12, 25, 26, 29, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 43, 45, 48, 49, 50, 51, 64, 65, 66, 67

### F

fonoaudiólogos, 6, 11, 25, 39

### I

inclusão, 12, 20, 21, 23, 24, 25, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 44, 49, 57, 60, 61

### L

leis de Diretrizes e Bases da Educação, 17

### M

Motivação, 22, 60

### O

Organização Mundial da Saúde (OMS), 31

### P

pedagogia, 22, 27, 59  
pedagogos, 6, 11, 39  
pessoa com deficiência, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 33, 34, 37, 40, 43, 45, 46, 49, 50, 51  
processo motivacional, 21  
professores, 5, 6, 11, 12, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 39, 42, 43, 44, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 65  
psicólogos, 6, 11, 25, 39  
psicopedagogos, 6, 11, 25, 39

### S

Secretária Municipal de Educação (SEMEC), 38  
síndrome comportamental, 30  
Síndrome do Autismo, 29

### U

Unidades de Educação Infantil (UEI), 38

## **APÊNDICE**

## **APÊNDICE- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia– ULHT – Portugal**  
**Mestrado em Supervisão e Formação de Professores**

**Mestranda: Adriana de Carvalho Torres**  
**Orientador: Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Pinto**

### **Pesquisa de Mestrado**

**Título: A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE PEDAGÓGICA NA ATUAÇÃO EDUCACIONAL COM A CRIANÇA AUTISTA.**

Prezado(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_

Estamos desenvolvendo uma pesquisa de mestrado cujo o objetivo geral da mesma é Caracterizar a importância da atuação de uma equipe pedagógica na atuação educacional com a criança autista.

As questões abaixo irão nortear o estudo de campo e sua participação será fundamental para que possamos melhor conhecer e estudar a temática em questão bem como alcançarmos o êxito esperado com este estudo.

Desde já agradecemos a vossa participação.

Nome completo da pesquisadora  
Pesquisadora Responsável

Prof. Dr. Ricardo F. Pinto  
Orientador Acadêmico

### **A-IDENTIFICAÇÃO**

Iniciais do Nome ou Nome completo (se preferir) \_\_\_\_\_

Função que exerce na escola \_\_\_\_\_

Tempo de atuação na nesta escola \_\_\_\_\_

Tempo de atuação na função \_\_\_\_\_

e-mail (para enviarmos o resultado do estudo) \_\_\_\_\_

Modalidades de Ensino em que trabalha: ( ) Educação infantil ( ) Educação Fundamental

Data(s) em que respondeu e devolveu o questionário: \_\_\_\_\_

## PARTE I

1- Qual a importância da equipe pedagógica na atuação educacional com a criança autista?

---

---

---

---

---

2- Como a equipe pedagógica atua educacionalmente com a criança autista?

---

---

---

---

---

3- Como é feito o planejamento para a os professores atuarem com a criança autista?

---

---

---

---

---

4. Como são desenvolvidas as atividades com a criança autista?

---

---

---

## PARTE II

**01-** Qual a composição da equipe pedagógica da escola?

---

---

**02-** É feito um planejamento anual pela equipe pedagógica para atuar com a criança autista? ( )Sim ( )Não. Se positivo como é construído este planejamento?

---

---

---

---

---

**03-** Quais são as exigências profissionais da escola para atuar com a criança autista?

---

---

---

---

---

**04-** Qual sua experiência com a criança autista?

---

---

---

---

---

**05-** Quais são suas principais dúvidas para atuar com a criança autista?

**06-** Quais são suas principais dificuldades para atuar com a criança autista?

---

---

---

---

---

**07-** Como é trabalhada ou exigida na escola a formação continuada dos profissionais da equipe pedagógica?

---

---

---

---

---

**08-** Qual o nível de conhecimento que você possui a respeito do Método Montessori?

---

---

---

---

---

### **PARTE III**

**- Marque quantas alternativas forem convenientes:**

**3.0- Identifique seu conhecimento sobre a importância da equipe pedagógica: A Equipe pedagógica é?**

- ( ) Indispensável para atuar com a criança autista.
- ( ) Nem sempre necessária para atuar com a criança autista.
- ( ) Desnecessária para atuar com a criança autista.

Justifique:

---

---

---

---

---

**3.2- A criança autista é atendida em sua necessidade de aprendizagem?**

- ☐ Parcialmente  
☐ Totalmente  
☐ Não atendida

Justifique:

---

---

---

---

---

**3.3- Qual o nível de contribuição de sua formação para atuação educacional com a criança autista?**

- ☐ Regular  
☐ Bom  
☐ ótimo

Justifique:

---

---

---

---

---

**3.4. Você acha que as contradições entre a prática e a teoria pedagógica influenciam diretamente na sua atividade educacional com a criança autista?**

- ☐ Sim



( ) Não  
Justifique:

---

---

---

---

---

**3.5. Suas experiências educacionais influenciam na sua prática em sala de aula?**

( ) Sim  
( ) Não

Justifique:

---

---

---

---

---

**3.6. Como é feito seu planejamento para atuar com a criança autista?**

( ) Durante a semana pedagógica  
( ) Por semestre  
( ) Anualmente

Justifique:

---

---

---

---

---

**Para encerra nossa pesquisa, convidamos vossa senhoria, se achar conveniente, a fazer as considerações complementares que quiser.**

---

---

